

Norbert Elias

Os Alemães

*A luta pelo poder e a evolução
do habitus nos séculos XIX e XX*

Editado por
MICHAEL SCHRÖTER

Tradução:
ÁLVARO CABRAL

Revisão técnica:
ANDREA DAHER
*Doutora em história pela
École des Hautes Études en Sciences Sociales
Professora do Depto. de História, IFCS/UFRJ*

Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

estrutural do sistema nessa fase de transição. Mesmo nos mais avançados países industriais, o poder das classes médias industriais era, no máximo, apenas o bastante para possibilitar-lhes ascenderem a posições de comando em sua sociedade como aliados dos antigos grupos dominantes. A "cultura" destes últimos, consagrada pelo tempo, deu às pessoas que cresceram nela, ou que por ela foram assimiladas, uma clara superioridade na arte de governar tradicional, a qual, apesar de todas as suas deficiências e bloqueios inerentes, ainda dominava os pontos de vista e as atitudes da maioria dos estadistas mais eminentes. Isso valia, sobretudo, para as relações entre Estados, as quais só marginalmente haviam contribuído para as experiências da classe média e, por conseguinte, para a formação de suas tradições. Na Grã-Bretanha, a peculiar mistura, em Gladstone, de absoluta e inabalável integridade, em princípio, com oportunismo, conveniência e acomodamento, na prática, indica os problemas que homens da classe média tinham de enfrentar quando ascendiam a uma posição de poder. Essa divisão não era simplesmente a expressão de uma disposição pessoal ímpar mas, antes, mostrava de uma forma individual os problemas resultantes do encontro das culturas de dois diferentes estratos sociais e, sobretudo, de dois diferentes, e em muitos aspectos contraditórios, códigos de normas, que se tinham desenvolvido em ligação com tipos muito diferentes de experiências sociais.

Talvez se possa ver o problema em melhor perspectiva se recordarmos, a título de conclusão, o que um outro anglicano, alguém que desenvolveu simpatias não-conformistas, escreveu sobre Maquiavel numa época anterior, quando as classes médias urbanas ainda eram geralmente excluídas de posições de liderança no Estado e não estavam expostas à tentação de macular a pureza de sua crença através de mútuas concessões. Eis algumas das palavras com que John Wesley denunciou Maquiavel, provavelmente não sem referência à possibilidade de que os negócios de seu próprio país pudessem ser conduzidos de acordo com prescrições maquiavélicas:

... ponderei os sentimentos que eram menos comuns, transcrevi as passagens onde eles estavam contidos; comparei passagens e esforcei-me por formar um juízo frio e imparcial. E minha opinião fria é que, se todas as outras doutrinas diabólicas que foram postas por escrito desde que as letras vieram ao mundo fossem reunidas num só volume, nem mesmo assim chegariam a fazer-lhe sombra; e que se um Príncipe tivesse sua formação por esse livro que tão calmamente recomenda a hipocrisia, a traição, a mentira, o roubo, a opressão, o adultério, a prostituição e o assassinato de todos os tipos, Domiciano ou Nero seriam anjos de luz comparados com esse homem.¹⁵

A aproximação e tentativa de reconciliação entre o código de normas morais da classe média e sua contrapartida maquiavélico-dinástica não foi coisa fácil. Não é surpreendente que, à semelhança da ascensão ao poder das classes médias industriais em geral, assumisse a forma de um processo gradual, mesmo se os pertinazes conflitos e tensões sociais que lhe estavam associados eclodissem durante uma fase específica, e em vários lugares, em lutas violentas e revolucionárias.¹⁶

III

Civilização e Violência

Sobre o monopólio estatal da violência física e sua transgressão

A civilização a que me refiro nunca está completa, e está sempre ameaçada. Corre perigo porque a salvaguarda dos padrões mais civilizados de comportamento e sentimento em sociedade depende de condições específicas. Uma destas é o exercício de autodisciplina, relativamente estável, por cada pessoa. Isto, por sua vez, está vinculado a estruturas sociais específicas. Estas incluem o fornecimento de bens — ou seja, a manutenção do habitual padrão de vida. Incluem também, sobretudo, a resolução pacífica de conflitos intra-estatais — isto é, a pacificação social. Mas a pacificação interna de uma sociedade também está sempre correndo perigo. Ela é ameaçada por conflitos tanto sociais quanto pessoais, que são atributos normais da vida em comunidade humana — os próprios conflitos que as instituições pacificadoras estão interessadas em dominar. É com esse aspecto de um processo civilizador, com a tensão entre pacificação e violência, que este ensaio se preocupa. Trata desses conflitos com referência especial a problemas específicos alemães.¹

Quando se empenham em examinar o problema da violência física na vida social de seres humanos, as pessoas fazem freqüentemente o tipo de perguntas errado.² É costume perguntar-se como é possível que pessoas vivendo numa sociedade podem agredir fisicamente ou matar outras — como podem, por exemplo, tornar-se terroristas? Ajustar-se-ia melhor aos fatos e seria, assim, mais proveitoso, se a pergunta fosse formulada de modo diferente. Deveria, antes, ser redigida em termos como estes: Como é possível que tantas pessoas consigam viver normalmente juntas em paz, sem medo de ser atacadas ou mortas por pessoas mais fortes do que elas, como é hoje em dia o caso, em grande parte, nas grandes sociedades-Estados da Europa, América, China ou Rússia? É por demais fácil esquecer hoje o fato de que jamais, em todo o desenvolvimento da humanidade, tantos milhões de pessoas viveram, como hoje, relativamente em paz umas com as outras, com as agressões físicas geralmente eliminadas, como se observa nos grandes Estados e cidades do nosso tempo. Talvez este fato se evidencie primeiro quando nos apercebemos de quão mais elevado era o nível de violência nas relações entre pessoas em épocas progressas do desenvolvimento humano.

É, certamente, a atitude primária de quando entram em conflito, as pessoas ficarem encolerizadas com outras ou se detestarem, dizerem improperios, atacarem-se e agredirem-se mutuamente, e em algumas circunstâncias podem até cometer homicídio. Esse é exatamente o problema que tenho em mente, uma vez que tudo isso — cólera, ódio, inimizade, rivalidade — ainda está conosco, mas os ataques físicos, e até o homicídio, retrocederam, comparativamente falando, para segundo plano. Como se pode ver, o meu enfoque é diferente. É uma questão de despertar de novo o sentimento das pessoas para um fato que é surpreendente e ímpar: o grau relativamente elevado de não-violência que é característico das organizações sociais atuais. Só desse ponto de vista pode ser realmente explicado e entendido por que certas pessoas não se submetem ao código de civilização do nosso tempo.

A questão de como ocorreu tal pacificação não é — pelo menos à primeira vista — difícil de responder. A criação de espaços sociais duradouramente pacificados está ligada à organização da vida social na forma de Estados. Um aspecto desse problema foi examinado pela primeira vez por Max Weber. Sublinhou ele que os Estados são caracterizados pelas pessoas que são seus governantes e que, em qualquer época dada, reivindicam para si mesmas o monopólio da força física. Isso significa que vivemos numa forma de organização social onde os governantes têm à sua disposição grupos de especialistas que estão autorizados a usar a força física em emergências e também a impedir outros cidadãos de fazerem o mesmo.³ Essa monopolização da força pode ser descrita como uma invenção sócio-técnica da espécie humana.⁴ Existem invenções, não só no nível natural, mas também no social. Entretanto, as últimas raramente são concebidas por uma única pessoa, sendo, em sua maioria, desenvolvidas como realizações coletivas não-planejadas. A monopolização da força física é uma dessas invenções sociais não-planejadas; surgiu gradualmente no transcurso de centenas de anos como parte de um processo social a longo prazo, até que atingiu o nível de hoje. E não é esta, definitivamente, a última etapa. Seria muito irrealista afirmar que o monopólio intra-estatal de força funciona de um modo inteiramente livre de problemas. As pessoas terão de continuar se debruçando sobre eles, e a formação de conceitos sociológicos pode contribuir um pouco, ajudando-as a fazê-lo com maior consciência.

Tais monopólios de força física, que hoje em dia são usualmente controlados e dirigidos por governos estatais, e representados pelas forças armadas e a polícia como órgãos executivos são, como tantas invenções humanas, realizações que assinalam dois caminhos opostos — como a cabeça de Jano. Tal como a descoberta do fogo permitiu que o alimento fosse cozido, assim como a destruição de cabanas e casas pelas chamas; tal como a invenção da metalurgia acarretou grande progresso na agricultura e na guerra; tal como a energia atômica pôde ter um uso pacífico como fonte energética e ser uma arma terrível, também as invenções sociais são bifrontes. O aparecimento de monopólios da força física constitui um exemplo. Sou obrigado a deixar de lado aqui esse aspecto do problema. Mas um ponto fica desde já claro: uma propriedade desse monopólio estatal da força física é que ele pode servir às pessoas como uma perigosa arma. Dos faraós às ditaduras do presente, o controle sobre o monopólio da força tem sido usado por pequenos grupos

estabelecidos como decisiva fonte de poder para garantir seus próprios interesses. Entretanto, para aqueles que o controlam, essa não é a única função do monopólio estatal da força. Desempenha também uma função importante para populações reunidas na forma de Estados. Esse controle tem sido, até agora, uma condição essencial da pacificação interna de maiores unidades sociais, em especial da pacífica vida comunitária das maiores massas populacionais nos Estados industriais mais desenvolvidos — uma condição que, por sua vez, está intimamente ligada ao monopólio da tributação, uma vez que, sem tributação, não pode haver portadores de armas, as forças armadas ou a polícia, e sem forças armadas e polícia, nada de impostos.

O ponto crucial é o equilíbrio entre as duas funções do monopólio da violência: entre a função para os seus controladores, e a função (ou funções) para toda a população de um Estado, por exemplo, no que se refere à pacificação interna. Outrora, o equilíbrio de poderes a esse respeito estava tão irregularmente distribuído, que os controladores — quase se poderia dizer, os donos — do monopólio da força estavam numa posição em que, ao exercê-lo, nada os impedia de colocar irrestritamente a sua função em benefício próprio, acima da sua função em prol de seus súditos. Conta-se que Luís XIV teria dito: "*L'état c'est moi.*" Ele sentia-se, de fato, o dono do Estado. Desde então, em alguns países, o equilíbrio de poderes tem pendido algo mais em favor da outra função — a função em prol da sociedade-Estado em seu todo. No mais alto nível atingido até agora, os comandantes e controladores do monopólio da violência estão eles próprios sob o controle de outros representantes da sociedade em questão. Estes últimos mantêm-se vigilantes para observar se os primeiros não usam os meios de violência sob seu comando apenas em defesa de seus próprios interesses pessoais, ou apenas no interesse de determinados estratos da população organizada como um Estado.

A pacificação das pessoas como indivíduos, o fato de que, em conflitos, só muito raramente cogitamos atacar um adversário e começar uma briga, por muito zangados que estejamos, depõe a favor de uma profundamente arraigada transformação civilizadora da estrutura inteira da personalidade. Os bebês, sem levar em conta a sociedade a que pertencem, defendem-se espontaneamente com mãos e pés. Crianças brigam e agredem-se mútua e freqüentemente com gosto. Que o tabu contra atos violentos esteja tão profundamente inculcado nos jovens das sociedades-Estados mais desenvolvidas tem muito a ver com a crescente eficácia do monopólio estatal da força. Com o decorrer do tempo, as estruturas da personalidade dos indivíduos acabaram ficando orientadas para isso. Eles desenvolveram uma certa relutância ou mesmo profunda aversão, um tipo de repugnância, em relação ao uso de violência física. O desenvolvimento desse processo pode ser acompanhado. Em épocas anteriores, que se estenderam até ao século XIX, era ainda aceito com naturalidade em muitos estratos sociais que os homens espancassem mulheres a fim de impor-lhes sua vontade. Hoje em dia, o preceito de que em nenhuma circunstância devem os homens agredir mulheres — nem a outros homens, quando estes são mais fracos — de que nem mesmo crianças devem ser agredidas, está muito mais profundamente enraizado nos sentimentos dos indivi-

duos do que jamais esteve em séculos anteriores. A pacificação do Estado, a coação imposta por outros, foi transformada em autocoação. Somente quando a pessoa se torna consciente desse importante refreamento auto-ativado dos violentos impulsos espontâneos, em sociedades-Estados relativamente civilizados, é que o problema dos atos deliberados e premeditados de violência é trazido à luz adequada.

Nos Estados existem, pois, grupos violentos legais e ilegais. A situação é ainda mais complicada pelo fato de não existir monopólio da força no nível internacional. Nesse nível, estamos basicamente vivendo ainda tal qual os nossos antepassados do chamado período de "barbarismo". Assim como, outrora, cada tribo era um constante perigo para as outras tribos, também hoje em dia, cada Estado representa um perigo constante para os outros Estados. Seus representantes e membros devem estar sempre prevenidos e contar constantemente com a possibilidade de serem atacados por um Estado mais forte, de ficarem dependentes dele ou até colocados sob seu domínio. Um mecanismo de ameaça e medo recíprocos — chamo a isso um processo de dupla ligação — impele os Estados a tornarem-se mais fortes e mais poderosos do que outros, a fim de não serem por eles suplantados.⁵ Em particular, é um estado de coisas normal nas relações interestatais que os Estados mais fortes, em qualquer época dada, se envolvam mutuamente em lutas hegemônicas — em parte apenas porque vivem no medo constante uns dos outros. Nesse nível, nenhuma potência dominante coíbe, em qualquer dos participantes, a prática de atos de violência quando se julgam mais fortes e vêem que podem tirar vantagens disso. Em tempos idos, essa era a moeda corrente por toda a parte, com frequência até mesmo dentro dos próprios Estados. O vizinho mais forte tinha de ser temido. O fisicamente mais forte podia usar sua força para ameaçar, extorquir, roubar e escravizar outros povos.

Em contraste, a pacificação e a civilização de populações dentro de Estados é comparativamente avançada. Uma consequência é que, a esse respeito, uma curiosa divisão atravessa, de ponta à ponta, a nossa civilização — a nossa civilização entendida agora como sendo a da humanidade como um todo. Nos negócios intra-estatais, a violência entre pessoas é tabu e, quando possível, punida; nas relações interestatais, vale um outro código. Todo o Estado de grandes dimensões está em constante preparação para a violência com outros Estados, e quando tal violência é deflagrada, aqueles que a cometem são extremamente apreciados e, em muitos casos, louvados e recompensados. Se aceitarmos a redução dos perigos físicos que as pessoas representam umas para as outras como um dos critérios decisivos no ordenamento seqüencial dos estágios da civilização, ou seja, a extensão da ameaça recíproca ou, inversamente, da pacificação, então pode-se dizer que nas relações intra-Estado as pessoas atingiram um nível de civilização superior ao das relações entre Estados. No caso dos Estados industriais mais desenvolvidos, os quais estão, com frequência, efetivamente pacificados no plano interno, o gradiente entre pacificação intra-Estado e a ameaça entre Estados é especialmente acentuado na maioria das vezes. Nas relações interestatais, as pessoas não se consideram hoje num nível inferior do processo civilizador porque sejam naturalmente más ou porque tenham pulsões agressivas inatas mas, antes, porque se formaram ins-

tituições sociais específicas que podem, de um modo mais ou menos eficaz, impor restrições a todo e qualquer ato de violência autorizado pelo Estado nas relações dentro do Estado, ao passo que tais instituições são totalmente inexistentes nas relações entre Estados. Assim, todos os grandes Estados e muitos menores mantêm especialistas em violência, em condições de constante prontidão, para que possam entrar em ação no caso de uma ameaça de invasão violenta por um outro Estado, ou, alternativamente, se o próprio Estado deles ameaça um outro.⁶

Num nível interestatal, a formação de um monopólio de violência física e, assim, também o processo de formação do Estado, continuam sendo muito rudimentares — por razões e com conseqüências que não preciso detalhar aqui. O desenvolvimento de tal monopólio num nível intra-estatal certamente progrediu ainda mais, embora não numa escala idêntica por toda a parte. Mesmo onde é comparativamente eficaz, continua sendo vulnerável. Nas situações de crise da sociedade, os especialistas em violência autorizados pelo Estado — os representantes do monopólio estatal da força — podem acabar envolvidos numa luta violenta com grupos não autorizados pelo Estado. No que se segue, serão examinados dois casos da história alemã recente.

2

Seria, penso eu, uma bela tarefa escrever a "biografia" de uma sociedade-Estado, por exemplo, a Alemanha. Pois, assim como no desenvolvimento de uma pessoa individual, as experiências de períodos anteriores de sua vida continuam tendo um efeito no presente, também as experiências passadas influem no desenvolvimento de uma nação. O sentimento de que o império alemão foi, por largo tempo, um Estado fraco e ocupou uma posição relativamente baixa na hierarquia dos Estados europeus ainda prevalece no desenvolvimento da Alemanha. O amor-próprio das pessoas envolvidas sofreu em conseqüência disso; elas sentiram-se humilhadas. Pode-se ler em muitos depoimentos provenientes da Alemanha, nos séculos XVII e XVIII, com que frequência as pessoas sentiram e experimentaram, em seus próprios corpos, como a Alemanha era fraca, por exemplo, em relação à França, Grã-Bretanha, Suécia ou Rússia, porque estava fragmentada.

Numa biografia da Alemanha seria imprescindível descrever como esse sentimento de fraqueza e de inferioridade de poder se converteu de súbito no seu oposto, quando o outrora escassamente integrado Estado veio, ainda que tardiamente, a unificar-se no contexto de uma guerra vitoriosa. No lugar dos sentimentos de inferioridade nacional, cujas raízes eram, com frequência, muito profundas, surgiam agora os sentimentos fortemente enfatizados de grandeza e poderio nacionais. O caminho para o status de grande potência estava aberto para a Alemanha unificada e, como é usualmente o caso nas lutas de poder e prestígio entre Estados, a determinação de lutar pela supremacia decorreu muito rapidamente disso. O pêndulo foi do extremo de humilhação para o extremo de exultação e, assim, um número crescente de membros dos estratos dirigentes da Alemanha sentiu que seu país tinha de estar preparado para a luta pela hegemonia na Europa,

senão no mundo. Tal como em outros casos, também neste, um grupo previamente humilhado e oprimido transformou-se, com uma mudança em sua situação, num grupo arrogante e repressivo, ou, para usar a linguagem contemporânea, numa nação de senhores (*Herrenvolk*). E como a etapa de integração nacional nos territórios alemães e a correspondente ascensão da Alemanha à categoria das grandes potências européias ocorreu tão tarde, a população estava com pressa. Os representantes da Alemanha tinham de adquirir o mais rapidamente possível todos os apetrechos de uma grande potência — tudo o que era necessário na luta competitiva entre os Estados, especialmente colônias e uma marinha.

Não se pode entender completamente o desenvolvimento da Alemanha, nem a atitude atual quanto ao uso da força dentro da República Federal, sem ter em mente essa linha de desenvolvimento da posição da Alemanha no contexto interestatal e, correspondentemente, nas hierarquias de poder e status dos Estados. É impossível, neste caso, separar as linhas de desenvolvimento inter- e intra-estatais; de um ponto de vista sociológico, as estruturas intra-estatais e interestatais são inseparáveis, muito embora a tradição sociológica tenha envolvido até agora uma concentração, principalmente, e muitas vezes exclusivamente, nas primeiras. O desenvolvimento da Alemanha mostra, com particular clareza, como os processos entre e dentro do Estados estão indissoluvelmente interligados.

A ascensão da Alemanha, depois de 1871, à categoria de grande potência européia — ao perigoso círculo mágico dos Estados lutando pela hegemonia — teve grande significação para a política interna. A unificação da Alemanha tinha sido obtida através de vitórias militares sobre Estados rivais. A liderança nessas lutas estava nas mãos da nobreza. Em comparação com esta, a burguesia alemã desempenhava um papel político secundário. As pessoas de classe burguesa estavam, em sua esmagadora maioria, excluídas das mais altas posições de comando nos Estados alemães. As grandes decisões políticas e militares ainda eram tomadas nas cortes principescas. Na Prússia, especialmente, com raras exceções, todas as posições-chaves eram reservadas aos aristocratas. É verdade que muitas pessoas da classe burguesa não tinham ficado satisfeitas com seu papel marginal e haviam lutado, de uma forma ou de outra, contra a supremacia das cortes e da aristocracia. Era um sinal, acima de tudo, do fracasso dessa luta, que o sonho da burguesia de uma Alemanha unificada tivesse sido concretizado através dos esforços dos estratos mais poderosos e de mais elevado status — através dos feitos de um príncipe e de seus ministros e generais nobres — na base de uma guerra vitoriosa.

A vitória nacional sob a liderança de uma aristocracia de corte e militar significou, ao mesmo tempo, uma derrota social da burguesia alemã na luta interna contra a supremacia da nobreza e teve conseqüências da maior importância para as atitudes políticas e sociais da classe média alemã. Muitos, embora certamente não todos os membros da burguesia urbana alemã, renunciaram agora à luta interna contra a hegemonia da nobreza. Aceitaram sua posição como estrato social de segunda ordem. O aumento de auto-estima que experimentavam como alemães, como membros de um novo Kaiserreich, compensava a relativa degradação que sentiam por ter que aceitar essa posição secundária, abaixo da aristocracia em poder e status.

Em conjunto com essa auto-aquiescência, ocorreu uma notável mudança nas atitudes e códigos de comportamento de substanciais segmentos da alta burguesia alemã, o que é significativo para todo teórico da civilização. O componente idealista da tradição cultural burguesa alemã, que ainda era dominante no final do século XVIII, e que freqüentemente andou de mãos dadas com uma atitude anticortesã e antiaristocrática, começou declinando. Pelo menos, só continuou predominando em círculos limitados. Em seu lugar, ocorreu em outros segmentos da burguesia, sobretudo no alto funcionalismo civil e em todo o mundo acadêmico, a adoção de valores aristocráticos, a saber, os valores de uma classe com uma forte tradição guerreira e que estava orientada para a política das relações internacionais. Por outras palavras, setores da classe média alemã foram absorvidos pelos estratos superiores da sociedade e adotaram destes o *ethos* guerreiro.

Mas, ao ser adotado, esse código aristocrático foi transformado. Em poucas palavras, tornou-se “aburguesado”. Nos círculos aristocráticos, os valores militares, consubstanciados em símbolos conceituais como coragem, obediência, honra e disciplina, responsabilidade e lealdade, faziam usualmente parte de uma longa tradição familiar.⁷ De acordo com a sua diferente situação social, os círculos de classe média só adotaram o código aristocrático numa certa versão. Assim, sua função por uma mudança específica da classe perdeu o caráter de um padrão de comportamento vinculado à tradição e, concomitantemente, pouco refletido, e passou a exprimir-se numa doutrina explicitamente formulada e fortalecida pela reflexão. O que era para a aristocracia uma tradição mais ou menos incontestada — uma alta avaliação predominantemente ingênua de valores guerreiros, um entendimento socialmente herdado do significado de potenciais de poder no jogo interestatal de forças — era agora cultivado de um modo muito mais consciente pelos setores superiores da burguesia como algo recém-adquirido. Raras vezes se dissera e escrevera antes, tanto quanto agora, em louvor do poder, até mesmo de um tipo violento de poder.

Uma vez que os anseios de unificação tinham sido realizados através de guerras vitoriosas sob a liderança militar da aristocracia, foi aduzida a conclusão de que guerra e violência também eram bons e esplêndidos instrumentos políticos.⁸ Não todas, mas certamente seções muito importantes da burguesia alemã converteram essa linha de pensamento no núcleo de sua ideologia. Enquanto que, para muitos nobres, a guerra e as intrigas diplomáticas eram um ofício costumeiro, uma especialidade em que eles eram peritos, entre aqueles setores da pacífica burguesia que haviam assimilado o código guerreiro podia ser observada uma romantização do poder, uma literatura em que o poder ganho pela força apresentava-se sob formas embelezadas, como um valor altamente apreciado. Nietzsche, que participou por algum tempo na guerra de 1871, entre a Alemanha e a França, como enfermeiro voluntário, deu forma filosófica a essa ideologia da burguesia guilhermina, quase certamente sem ter consciência disso, em seu livro *Vontade de potência*. (Ver o apêndice I a esta parte, p.187-9). Quando se leva em consideração os livros dessa época, sobretudo os romances do período guilhermino, quando se leva em consideração a prática do duelo por estudantes burgueses de acordo com

os códigos unificadores de honra das associações estudantis primordialmente burguesas ou aristocráticas, ou ainda quando se considera o status especial dos oficiais de reserva de classe média ou dos conselheiros privados de origem burguesa em uniforme da corte, então pode-se facilmente reconhecer o processo de incorporação das classes médias altas na aristocracia e na corte. Ao mesmo tempo, enxerga-se o peculiar paradoxo representado pela estrutura social e psicológica de vastos círculos da burguesia oficial e acadêmica dessa época. Em seus esforços para assimilar os valores bélicos e freqüentemente maquiavélicos da nobreza mais poderosa, apesar de sua própria tradição cultural e profissional, predominantemente pacífica, e menos militarista, um desejo oculto é refletido por essas pessoas de extração burguesa, um desejo de ser algo que nunca poderão vir a ser, pelo menos em uma única geração, a saber, aristocratas.

Um exemplo pode ajudar um pouco a elucidar essa pronunciada afirmação de violência. Em 1912, um popular escritor burguês, Walter Bloem, publicou um romance intitulado *Volk wider Volk (Nação contra nação)*, no qual volta a descrever, uma vez mais, aos seus leitores a maravilhosa experiência da guerra vitoriosa de 1870-77. Cito dele um episódio, o recontro de tropas alemãs com franco-atiradores franceses:

Os franco-atiradores correram para pôr suas vidas a salvo. (...) Um deles tropeçou (...) um segundo mais tarde, a bala de George não o atingiu por um triz — uma baionetada encontrou o braço estendido atrás do qual se protegiam, meio escondidos, uns olhos arregalados, cheios de pânico e de medo da morte... era uma mulher.

Agora, todos os três amarrados juntos, a moça e os dois camponeses. Depois, continuaram num trote apressado. Se queriam evitar serem mortos, os prisioneiros tinham de correr até ficarem de língua de fora. (...) Os lanceiros não os pouparam de murros, pontapés, golpes na nuca com as hastas das lanças (...) até a mulher recebeu o seu quinhão de pancadas. (...) Eles tinham esquecido há muito a distinção entre seres humanos e gado. (...) Um prisioneiro inimigo não passava de uma besta selvagem e maligna.⁹

Sentimentos como esses são espontâneos, e as ações correspondentes são certamente rotineiras no tumulto da guerra. O que pode ser considerado característico da situação da burguesia alemã, em 1912, é o fato de que esse tipo de brutalidade, sob uma nova luz, é apresentado expressamente como sinal de um código de comportamento aceito e digno de louvor.

Quando se lê tal testemunho, e eles são abundantes, percebe-se num instante que uma transformação radical nas atitudes de vastos setores da burguesia tinha ocorrido desde o "Eu vos abraço, ó milhões!", de Schiller, e desde os tempos dos grandes idealistas clássicos alemães, cujos livros tiveram considerável ressonância na burguesia alemã educada, como modelos de pensamento e de leitura. A identificação mútua dos seres humanos, que foi talvez um tanto exagerada pelo idealismo dos autores clássicos, seria enfaticamente negada nesses mais recentes grupos, em favor de uma identificação exclusivamente nacional. Na guerra, as pessoas comuns do lado inimigo não precisavam mais ser tratadas como seres humanos. Essas pessoas não são mais do que "bestas selvagens e malignas". O popular autor esperava, obviamente, que seus leitores compartilhassem e justificassem essa atitude.

3

Muitos jovens alemães foram para os campos de batalha em 1914 com a idéia de que a guerra era algo maravilhoso, grandioso, um inenarrável momento de glória. Estavam impregnados de um sentimento de vitória certa,¹⁰ no qual se refletia a força de seus sonhos sobre a futura Grande Alemanha.

"Viva!", escreveu para casa um estudante de direito, que seria fatalmente ferido um mês e meio depois no Marne, "recebi finalmente as minhas ordens para me apresentar na frente de batalha... Venceremos! Com tão poderosa determinação de sermos vitoriosos, absolutamente nenhuma outra alternativa é possível. Meus queridos, orgulhai-vos de viver nestes dias e de pertencer a um tal povo, e também para que possam enviar mais de vossos entes amados a participar desta soberba luta!"¹¹

Na realidade, a guerra foi terrível, um pavoroso morticínio. O processo militar não planejado contrariou os planos preconcebidos dos generais. Os chefes militares de ambos os lados tinham planejado uma vigorosa guerra ofensiva, a qual seria tão breve quanto possível. Os generais franceses, vencedores de ontem, apostavam numa ofensiva à *l'outrance* (até a vitória total), com batalhas *aux allures dechainées* (de modo desenfreado), os alemães seguiram o plano Schlieffen modificado, que previu um golpe decisivo contra o inimigo francês graças à invasão inesperada da Bélgica, e daí para a França, de modo que as tropas alemãs estariam livres para a guerra na frente leste. As ofensivas planejadas de ambos os lados anularam-se mutuamente. Após pesadas perdas, redundaram numa cinzenta guerra de trincheiras. Isso tinha sido previsto por um punhado de observadores que, à margem do conflito, haviam reconhecido que os progressos na tecnologia dos armamentos dessa época favoreciam a defensiva em face da ofensiva. H.G. Wells, e outros, tinham vaticinado o advento da guerra de atrito (*Stellungskrieg*).

Quando os Estados Unidos, que temiam, tal como a Grã-Bretanha, um continente dominado pela Alemanha, entraram na guerra, as probabilidades de vitória da Alemanha desapareceram redonda e completamente. O inconcebível tornou-se um fato. A Alemanha exauriu sua energia e foi derrotada. O Kaiser e os príncipes perderam seus tronos. As cortes, centros da "boa sociedade" da Alemanha, desapareceram. A própria "boa sociedade", a sociedade daqueles com direito a dar e a exigir satisfação, desde a alta nobreza até aos membros das confrarias nacionalistas burguesas (*Burschenschaften*), desde o marechal-de-campo até ao oficial da reserva de origem burguesa, unidos por um código de honra obrigatório para todos e que os colocava acima dos não-membros, essa sociedade foi, à semelhança de um *sprinter* que, no auge de sua velocidade, colidisse com uma parede, detida com um único golpe em sua corrida pela supremacia da Europa. A conseqüência foi um choque traumático. (Ver o apêndice 2 a esta parte, p.190-5)

Além disso, a derrocada das instituições guilherminas na luta entre os Estados ocorreu simultaneamente com uma derrota — pelo menos parcial — nas lutas intra-Estado. O fim do regime, e a destruição do país após a guerra perdida, aumentaram as oportunidades de chegada ao poder de grupos anteriormente à margem,

em primeiro e destacado lugar, as organizações de trabalhadores. Pela primeira vez na história da Alemanha, seus representantes assumiram o governo do Reich.¹² Como sempre em tais casos, a ascensão de grupos marginais que costumavam estar em posições inferiores na escala social — um antigo fabricante de arreios foi o sucessor do Kaiser — foi sentida por muitos membros da “boa sociedade” alemã como uma insuportável ferida em seus sentimentos de auto-estima.

O desenvolvimento da Alemanha mostra aqui, em forma de paradigma, a reação de um *establishment* dominante e seus adeptos, face a uma mudança na estrutura social que contribuiu para alterar uma proporção de poder que passava a ser-lhes desfavorável. Não só revoluções, mas também guerras, trazem à luz mudanças estruturais em relações de poder, mudanças essas já em curso no tecido institucional tradicional, mas previamente encobertas por esse mesmo tecido. Uma guerra vitoriosa teria provavelmente garantido, uma vez mais, a subordinação das massas à liderança das classes vencedoras. A guerra perdida teve como efeito a redistribuição de forças que vinha ocorrendo silenciosamente sob a superfície do Estado imperial, estimulada pela rápida industrialização da Alemanha. Soldados e trabalhadores retiraram em massa sua obediência à liderança de uma classe derrotada.

Uma melhor compreensão do desenvolvimento, tanto da Alemanha quanto do terrorismo, no período da Primeira República alemã será possível se tivermos em mente um claro perfil das estruturas intra- e interestatais de poder na época e o modo como foram vivenciadas. A instituição guilhermina, a *satisfaktionsfähige Gesellschaft*, agora ampliada pela inclusão dos estratos mercantis e empresariais previamente excluídos, sofrera uma derrota interna e uma externa. Não estava simplesmente preparada para aceitar a situação assim criada. No começo, não sabia precisamente como seria possível reparar ambas as derrotas, ou seja, por um lado, restabelecer a Alemanha como grande potência baseada num exército forte e, por outro, manter seus privilégios como elite dirigente da Alemanha em face das reivindicações de poder da classe trabalhadora organizada. Mas os próprios objetivos muito cedo se tornaram claros de novo para os vencidos.¹³

Houve muitas situações análogas no desenvolvimento das sociedades humanas. Tais casos de perda de poder por antigos sistemas institucionais em relação a novos grupos ascendentes desencadeiam acirrada resistência — um anseio nada realista de restauração da antiga ordem — não só por razões econômicas, mas também porque, através de tal perda de poder, os antigos estratos dominantes viram-se colocados no mesmo nível de poder e status daqueles grupos que eles antes desprezavam: grupos de baixa extração social, de menor valor humano, a ralé. Por conseguinte, sentiram-se diminuídos em sua própria auto-estima.

Existem testemunhos escritos que remontam à Antiguidade e mostram claramente que grupos insitucionalizados entendem seu poder como superior, em relação aos grupos marginais, como prova de seu mais elevado valor humano. Já o autor anônimo de uma carta atribuída a Xenofonte, provavelmente do final do século V a.C., e que hoje é usualmente chamado “o velho oligarca”, mostra essa avaliação de grupos menos poderosos como sendo de menor valor humano.¹⁴ O

autor dessa carta era provavelmente um aristocrata ateniense que, com outros de seus pares, foi expulso de Atenas pela revolta de vastos setores da população e a implantação de uma constituição democrática. Ele fala com notório desprezo da população democrática. “Todos sabemos”, escreveu ele, “que tais elementos são constituídos de gente indisciplinada, de mau caráter.” Atitude análoga pode ser encontrada numa carta, datada de 2 de janeiro de 1920, de um certo tenente Mayer, escrita a seu Superior, o capitão Berchtold. Ele tinha sido enviado a Würzburg como oficial encarregado do recrutamento para um dos Freikorps:

Não tendo passado um só dia... sem dirigir as minhas atenções para a observação do estado de ânimo corrente da população, vi confirmada a minha opinião de que todos os que se situam acima da ralé anseiam por libertar-se da pocilga em que se encontram, em especial do jugo judaico que oprime as pessoas, e, o que é do maior significado progressista comparado com o que se observava antes, estão dispostos a participar pessoalmente na iminente obra de libertação! Os brados “Morte aos judeus!”, “Morte aos traidores do nosso povo!” ressoam em todos os bancos de tavernas; cartazes e pichações dizem o mesmo por toda a parte. Erzberger é enforcado todas as noites um sem-número de vezes...

Dois cavalheiros com todos os seus homens do exército aquartelado localmente vieram dar-nos sua adesão. Espero atrair dois ou mais para a nossa causa.¹⁵

Mesmo que nem todos se expressassem em termos tão drásticos, havia nessa época uma idéia generalizada entre os membros dos círculos que seguiam a tradição do velho *establishment* guilhermino, de que a participação na liderança governante de grupos considerados de status social inferior subentendia um aviltamento deles próprios e, por conseguinte, também da Alemanha. Intitulavam-se a si próprios — e sentiam-se — “nacionais”, uma vez que se consideravam fundamentalmente os verdadeiros representantes da nação; e todos os “marginais”, sobretudo os trabalhadores com suas organizações e os grupos minoritários, como os judeus alemães, eram vistos como não pertencentes nem à sua própria sociedade nem à nação alemã.

4

O excerto da carta do tenente Mayer oferece um quadro muito nítido do estado de ânimo nos “melhores” círculos de Würzburg, no começo do ano de 1920. Ao mesmo tempo, transmite uma impressão da mentalidade dos Freikorps que eram nessa época os principais atores na violência política à margem do Estado. A propaganda deles entre vastos setores da população serviu como preparação para o *putsch* contra a detestada República parlamentar. A primeira dessas tentativas, o *putsch* Kapp, fracassou por razões sobejamente conhecidas, que não preciso detalhar aqui. Um dos Freikorps, a Brigada de Marinha Ehrhardt, esteve diretamente envolvida nele. Mais tarde, a organização terrorista “Consul” surgiu como sua sucessora na clandestinidade, tendo como um de seus objetivos o sistemático assassinato de políticos proeminentes a quem consideravam “indesejáveis”. Os

assassinos de Erzberger, um membro do Parlamento, pertenciam a essa organização; atacaram-no e fuzilaram-no, em 26 de agosto de 1920, quando o político passeava na Floresta Negra. Seu companheiro e colega no Parlamento, Dietz, escapou com um ferimento de bala. Os assassinos — Heinrich Schulz e Heinrich Tillesen — eram ex-oficiais, que pertenciam então ao Estado-maior da Brigada de Marinha Ehrhardt e foram finalmente empregados por um destacado político bávaro, o Conselheiro Privado Heim. Eram membros da associação nacionalista alemã *Schutz und Trutz* (Proteção e Resistência) e de outras organizações nacionalistas. Após cometerem o crime, os dois homens viajaram para Munique, onde o assassinato fora planejado. Daí fugiram com passaportes forjados, presumivelmente emitidos pela polícia bávara, para a Hungria, onde foram temporariamente detidos, mas logo soltos, após um telefonema para uma autoridade da Baviera. O superior deles na organização secreta "Consul", o capitão-tenente von Killingner, também um ex-oficial do exército que tinha combatido contra a República Soviética Bávara e participara do *putsch* Kapp, foi acusado de cumplicidade no assassinato de Erzberger, mas absolvido pelo júri em Offenburg.¹⁶

É difícil fazer uma estimativa de quantas pessoas foram assassinadas como politicamente indesejáveis por membros dos Freikorps e das associações estudantis que com eles colaboravam estreitamente, nos primeiros anos da República de Weimar. Suas vítimas incluíram comunistas proeminentes, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que foram arrastados para fora de uma casa cercada, após uma fracassada sublevação de trabalhadores, e, de acordo com o que pôde ser até hoje apurado, foram espancados até à morte, um após o outro, com cassetetes no caminho para a prisão. Houve também vítimas menos conhecidas. Uma delas foi o meu colga de escola, Bernhard Schotfländer, uma pessoa muito franzina e sumamente inteligente que, com seus óculos de lentes grossas, já parecia um jovem e erudito *scholar*, mesmo quando era apenas um primeiranista, que se inclinara para o comunismo depois de ler Marx, e cujo cadáver, se bem me lembro, foi encontrado no aterro sanitário da cidade de Breslau, amarrado com arame farpado. Políticos liberais como Rathenau¹⁷ estavam também entre as vítimas, e muitos outros cujos nomes estão esquecidos.

Tal como a maioria dos terroristas na República Federal, os da Alemanha de Weimar também eram predominantemente oriundos de famílias de classe média. Eram, em sua grande maioria, jovens, e uma minoria de nobres. Os membros mais jovens da "boa sociedade" guilhermina eram oficiais ou estudantes, precisamente os grupos onde os terroristas da República de Weimar eram recrutados. Assim, lê-se, por exemplo, num memorando bávaro em preparação para a ditadura, um parágrafo especial: "Mobilização das forças armadas e da corporação estudantil do Reich".¹⁸ Num outro memorando, também do período que antecedeu o *putsch* Kapp, lê-se no item "corporação estudantil":

Sondagens devem ser imediatamente promovidas pela comissão de mobilização entre os aliados na corporação estudantil a fim de se avaliar a extensão em que os estudantes estão organizados e que setores ainda se mantêm à margem. É particularmente importante apurar se quaisquer setores podem vir a ser nossos inimigos, dado que são fanáticos e

teremos de torná-los inofensivos. Deve ser sustentado o princípio de que a corporação estudantil será organizada em suas próprias brigadas e usada como o principal suprimento de reservas. Isso é porque a nossa maior força tem por base a corporação estudantil.¹⁹

Vê-se com clareza o problema. Nessa época, a maioria dos estudantes estava do lado daqueles que, em conjunto com os Freikorps e outras organizações militares, procuravam, se necessário com violência, derrubar a jovem república parlamentar e substituí-la por uma forte ditadura militar. Havia certamente exceções, por exemplo, os estudantes que não eram favoráveis a uma revolta patriótica contra a República, ou a uma ditadura militar-burguesa. Mas, como os terroristas desses tempos viam a situação, esses eram os "fanáticos" que tinham de ser eliminados. A idéia de que assassinar adversários políticos era correto e oportuno parecia ser axiomática.

Mas também era certo que essa idéia não estava confinada a um dos lados. A guerra tinha deixado em sua esteira considerável agitação e grande soma de amargura nos círculos da classe trabalhadora. Talvez tivessem suportado as frequentemente arbitrarias e arrogantes reivindicações de poder das elites dominantes se o Kaiser e seus generais tivessem sido vitoriosos. A derrota, porém, provou que os oficiais, as classes dirigentes, tinham conduzido os trabalhadores falsamente, que suas promessas eram palavras vazias, que as privações e misérias da guerra tinham sido em vão. O fracassado *putsch* Kapp aticou o azedume dos trabalhadores. A aversão era mútua. Quando a Brigada Ehrhardt se retirou de Berlim após o fracassado *putsch*, multidões aglomeradas na Porta de Brandenburgo gritaram-lhes insultos à sua passagem. Alguns dos soldados em retirada fizeram abruptamente meia volta e atiraram contra as massas. Cerca de doze mortos e muitos feridos foram deixados na Pariser Platz.²⁰

Como sempre, o ódio e a violência de ambos os lados exacerbavam-se numa espiral contínua. Na época do *putsch* Kapp, oficiais em uniforme não podiam deixar-se ver nas zonas norte e leste de Berlim, e também em alguns subúrbios, sem correr o risco de serem atacados e insultados pelos moradores. É certo que os líderes militares do *putsch* organizaram tropas, formadas em sua maioria por antigos oficiais, a fim de manter a ordem. Mas após o fracasso do empreendimento, essas tropas, que saíam em patrulha em grupos relativamente pequenos, encontraram-se numa situação altamente ameaçadora, frente a frente com a massa de residentes locais. Os oficiais acantonados em Schöneberg receberam ordens para retirar-se sem armas, a fim de não provocar a população. Seriam levados para Lichterfelde em dois caminhões postos à sua disposição. Mas os caminhões tinham rodado uns escassos cem metros, quando foram detidos pela multidão que os cercava e que, excitada, alvejava com pedras e garrafas de cerveja os acuados oficiais. Na luta corpo-a-corpo que se seguiu, nove oficiais foram jogados por terra, espezinhados e mortos. A polícia foi avisada e os remanescentes, espancados e feridos, foram resgatados e postos a salvo.²¹ Cenas como essa ocorreram conjuntamente com a sublevação operária na região do Ruhr.

Tais exemplos permitem-nos acompanhar com muita clareza o curso de um violento processo de duplo vínculo. A Revolução Russa desempenhou um grande papel a esse respeito — como modelo e como aterradora advertência. A compara-

ção com o curso dos eventos ali — em especial com a organização das massas ainda predominantemente agrárias da Rússia para uma sublevação violenta — mostra, é claro, que a força de trabalho industrial alemã estava, em certos aspectos, em desvantagem na mobilização para a violência. O Partido Comunista tentou, evidentemente, transformar a excitação espontânea dos trabalhadores e as numerosas escaramuças e refregas locais, com os Freikorps ou o exército, numa ação militar organizada. Mas a nomeação de um alto comando em Mülheim (no distrito do Ruhr), através de uma proclamação da liderança militar do Partido, em 28 de março de 1920, não teve o desejado efeito. A colocação de unidades de combate de trabalhadores locais sob comando central não foi bem-sucedida. Repetidas vezes, os líderes locais agiram por conta própria. Poder-se-ia imaginar que, em correspondência com o nível então existente de tecnologia, teria sido mais fácil transformar camponeses, habituados à obediência, em soldados prontos para a batalha, do que os trabalhadores industriais, independentes e autoconfiantes. Em todo o caso, parece ter sido essa uma das experiências colhidas da rebelião do Ruhr.

Mas, ao mesmo tempo, essa experiência destaca o curso peculiar do processo de duplo vínculo entre os grupos de jovens oficiais de classe média e seus aliados estudantis, por um lado, e os grupos de trabalhadores, por outro. Ambos procuraram realizar objetivos políticos através do uso da força militar. É uma questão em aberto, em que medida o oficialato russo permaneceu intato como legatário da ordem tradicional após a abdicação do czar. O oficialato alemão conservou-se plenamente operacional, como um quadro unido, após a abdicação do Kaiser. O *esprit de corps* também permaneceu intato. O supremo comando militar sentiu-se responsável pela integridade do Estado e, na realidade, era-o em certa medida. Os aliados, evidentemente, tinham imposto severas restrições às forças armadas alemãs. Estavam fartos de militarismo alemão, mas temiam igualmente que o comunismo russo encontrasse adeptos na Alemanha. Como solução de meio-termo, permitiram que a Alemanha mantivesse um exército de 100.000 homens, em vez de 400.000. Isso significou, ao mesmo tempo, uma radical redução numérica do quadro de oficiais. Muitos dos oficiais devolvidos do serviço ativo para casa ainda eram relativamente jovens; a maioria não tinha outra ambição senão permanecer no oficialato. O serviço militar era para eles o único emprego significativo, a profissão que entendiam e que lhes dava prazer. Para onde mais poderiam ir? As associações voluntárias dos Freikorps eram a resposta.

Havia muitos Freikorps, cada um deles formado em torno de ex-oficiais com qualidades específicas de liderança. Esses grupos, formados predominantemente por jovens de classe média, tinham, de acordo com sua situação social, toda uma gama de inimigos decididos, a quem desejavam combater por todos os meios, sempre que surgisse uma oportunidade. Esses inimigos incluíam, em primeiro lugar, todos os grupos englobados sob a designação genérica de "bolchevistas", sobretudo os setores da classe trabalhadora que tivessem participado de levantes, quer sob a influência de lideranças comunistas, quer por ação espontânea, e que, deliberadamente ou não, se esforçavam por derrubar a República parlamentar e implantar uma República soviética, segundo as diretrizes do modelo russo. Os

inimigos, além disso, incluíam a própria República parlamentar, sobretudo na forma daqueles membros do governo e do parlamento que estavam comprometidos com a assinatura do tratado de paz — a "paz infame" — e o cumprimento de suas condições. A aversão das guerrilhas à República (a pocilga), ao parlamento (o parlatório) e, em especial, aos representantes da social-democracia (os arruinados), que ocupavam agora posições influentes em muitos gabinetes governamentais, era apenas um pouco menor do que a que votavam aos bolchevistas (os trabalhadores agitados pelos comunistas).²²

O equilíbrio de forças entre os dois grupos orientados para a violência na República de Weimar, entre os grupos de trabalhadores orientados para o modelo russo e os de oficiais de extração nobre e burguesa organizados nos Freikorps, era, reconhecidamente, muito desproporcional. A despeito de sua conduta e mentalidade freqüentemente mercenária, os Freikorps eram disciplinadas tropas de choque cujos membros estavam impregnados na tradição militar, desde que sua confiança fosse alimentada por líderes a quem não faltava, por vezes, uma certa dose de carisma. Contra eles estavam os grupos comparativamente indisciplinados que, embora fossem capazes, com freqüência, de oferecer luta imediata e espontânea, não se compraziam na disciplina militar a longo prazo, necessária à execução de planos estratégicos de batalha. Com a restrição mútua dos grupos que renunciaram à violência física às duas alas do espectro partidário parlamentar não-violento, os Freikorps levavam facilmente a melhor em suas refregas com os grupos de trabalhadores radicais, uma vez que também recebiam com freqüência o apoio do exército. Estavam não só melhor treinados mas, sobretudo, muito melhor armados que os grupos de combate dos trabalhadores.

As chances concretas de êxito da sublevação dos trabalhadores nos primeiros anos da República de Weimar foram, pois, muito reduzidas, porque o antigo quadro de oficiais permaneceu intato e foi rapidamente reorganizado, e porque os Aliados eram hostis a qualquer expansão da Revolução Russa. Mas para a legitimação de sua própria existência, o perigo do bolchevismo era do maior significado para os Freikorps e o exército. Ao aludirem à Revolução Russa e ao perigo de sua expansão, não só os Freikorps e o exército, mas também muitas outras associações nacionalistas que se formaram nessa época, sem esquecer as organizações terroristas, puderam ganhar o apoio de inúmeros simpatizantes nobres e burgueses. O êxito subsequente de Hitler e, em especial, a inação dos Aliados a respeito do rearmamento da Alemanha, só podem ser entendidos como consequência da Revolução Russa; foi uma expressão da aversão universal de vastos setores da classe média, e até de consideráveis parcelas da classe trabalhadora, ao espectro do bolchevismo e à expansão da Revolução Russa como modelo para outros países. (Ver apêndice 3 a esta parte, p.196-204)

A maioria das pessoas que faziam fila para aderir aos Freikorps tinham sido jogadas no desemprego. Milhares de oficiais viram-se no final de suas carreiras, em conse-

qüência da derrota e das condições do armistício. Com freqüência, tinham lutado durante anos nas primeiras linhas. Era quase impossível para eles encontrar uma posição civil apropriada aos seus conhecimentos e expectativas de *status*. Muitos esperavam estar aptos a continuar suas carreiras como oficiais no exército regular, logo que a Alemanha pudesse estabelecer maiores forças armadas. Por essa razão, eles já detestavam essa República, cuja "política de submissão" parecia bloquear-lhes essa ambição. Outros viram um novo futuro nas províncias bálticas, onde uma classe alta alemã tinha vivido por largo tempo. Proprietários rurais germano-bálticos e alguns líderes do movimento nacionalista letão prometeram às guerrilhas alemãs terras para assentamento, em troca de ajuda para libertá-los do controle russo. Por isso um grande número de Freikorps foram para o Báltico. Aí poderiam lutar contra o mais odiado inimigo, os bolchevistas. Também esperavam estar aptos a compensar a perda da Alsácia-Lorena pela anexação das províncias bálticas à Alemanha. Ao mesmo tempo, pela aquisição de terras, estariam aptos a iniciar uma nova existência de harmonia com sua elevada posição social.

Lembrar a campanha no Báltico pode ajudar a compreender o desenvolvimento de alguns desses grupos no terrorismo político dirigido contra o novo Estado alemão. Uma vez mais, alguns excertos de um romance, desta vez do mais ou menos autobiográfico romance de Ernst von Salomon, *Die Geächteten (Os proscritos)*,²³ podem esclarecer o processo que levou as pessoas ao terrorismo, à organização sistemática de assassinatos e de outros atos de violência como um meio de abalar e, se possível, destruir um regime detestado.

Ernst von Salomon, que privava da intimidade dos assassinos de Rathenau, já indica a direção desse desenvolvimento nos títulos dos capítulos do seu romance. São eles:

1. Os Dispersados
2. Os Conspiradores
3. Os Criminosos

As etapas pelas quais cada indivíduo passou nesse percurso na década de 1920 foram, em linhas gerais, as seguintes:

1. Oficial no exército guilhermino (ou, se muito jovem, talvez cadete na Academia Militar prussiana).
2. Membro de um Freikorps, tendo muitos deles participado na fracassada campanha do Báltico.
3. Membro de uma associação secreta conspiratória, de caráter terrorista.

A quarta etapa, sobre a qual não precisamos ir mais longe aqui, seria a adesão ao Partido Nacional-Socialista. Isso significou, para muitos dos antigos membros dos Freikorps, constantemente ameaçados pelo perigo de degradação social, a oportunidade de se elevarem de novo, enfim, com toda a segurança, às posições passadas e de darem realidade às suas esperanças políticas — afinal frustradas, uma vez mais. Foi afirmado, de fato, não sem justificação, que a ascensão de Hitler ao poder dificilmente teria sido possível sem a contribuição organizacional e militar dos antigos membros dos Freikorps.

Como jovem, Salomon foi direto do corpo de cadetes para um Freikorps de Hamburgo comandado por um tenente Wurth. Aí se encontrou na companhia de aventureiros, um tanto desregrados e turbulentos, mas também românticos, com hábitos semelhantes aos dos mercenários. Ele recordou o avanço nos seguintes termos:

A palavra "avanço", para aqueles de nós que fomos para o Báltico, tinha um significado misterioso, alegremente perigoso... o significado de uma camaradagem vigorosa... a dissolução de todos os vínculos com um mundo que está afundando, apodrecendo, com o qual o verdadeiro guerreiro não pode continuar a ter algo em comum.²⁴

Uma etapa característica do processo pelo qual as pessoas se tornam terroristas é ilustrado aqui com muita clareza. Eles sentem-se como proscritos em relação a uma sociedade que parece estar pobre até o âmago. Estão convencidos de que a sociedade está naufragando, e desejam que isso aconteça, embora talvez não seja particularmente claro o que acontecerá quando isso se consumir. Ironicamente, pelo menos no caso do jovem Salomon, para quem a jovem e frágil República alemã lhe lembrava um "mundo que estava afundando e apodrecendo", era precisamente a velha sociedade, em cuja tradição ele próprio, e muitos de seus camaradas, tinham sido criados, a que fora derrotada e estava irremediavelmente afundando. Expirara o império, mas um número incontável de seus representantes sobrevivera. Com a morte do império, as tarefas vitais que pareciam significativas para essas pessoas também desapareceram. O treinamento na escola de cadetes tinha preparado Ernst von Salomon para uma carreira de oficial no exército prussiano. O antigo exército desintegrara-se, um novo, muito menor, acabara de ser formado. O supremo comandante-chefe desertara para a Holanda. Onde, nessa República que surgira da derrota, haveria ainda lugar, um significativo propósito futuro para pessoas como ele?

A campanha no Báltico, que prometera compensar a perda alemã de territórios no Ocidente e, aos participantes, uma nova posição compatível com seu *status* social — talvez até uma propriedade rural — insuflou nova esperança. Não se perguntaram o que os vitoriosos inimigos da Alemanha ou o governo em Berlim diria de uma ocupação das províncias bálticas russas. A política mundial estava muito distante e o sonho era belo. Mas por muito que esse sonho representasse o novo e melhor futuro nos sentimentos de seus adeptos, por muito que ele contrastasse com a desmantelada Alemanha republicana, que eles detestavam por causa de sua política pacifista, aquilo com que essas pessoas estavam fundamentalmente sonhando era com a restauração do antigo mundo, ou seja, a restauração de um império alemão com um poderoso exército, e em cuja hierarquia de status o oficialato e os valores militares ocupariam de novo o alto lugar que lhes era apropriado. Disciplina militar, firmeza e coragem seriam então altamente valorizadas de novo, como mereciam; falta de fibra, vacilação e escrúpulos morais de uma espécie burguesa atrairiam o desprezo que mereciam, o mesmo desprezo que votavam aos civis que governavam agora em Berlim, assim como os membros do Parlamento que tagarelavam muito, mas faziam muito pouco.²⁵

Para as guerrilhas no Báltico, esse Estado parlamentar era um mundo estranho, desconhecido. A sua coesão já não era mais determinada, como no antigo exército, através de regulamentos militares elaborados burocraticamente e sancionados pelo Estado, através de uma hierarquia de oficiais cujo ápice simbólico era a figura suprema do Kaiser. Os homens dos Freikorps não se sentiam realmente no dever de prestar contas a quem quer que fosse, exceto ao seu próprio grupo. Quase todos os Freikorps tinham o seu próprio líder carismático, cuja autoridade pessoal, participação física na luta, tácita promessa de vitória, de despojos e de um melhor futuro os mantinha unidos e eram fatores decisivos para a solidariedade e o vigor combativo desses guerrilheiros.

O lugar-tenente Wuth, do Freikorps de Hamburgo, era um desses líderes. De acordo com a descrição de Salomon, era um homenzarrão bronzado e rude. Tinha o hábito de afiar um dente de javali que lhe sobressaía da boca entre os pêlos eriçados da pequena barba e, antes de cada batalha, trocava seu capacete de campanha por uma boina de veludo como as usadas pelos *Pachants* e os *Wandervögel* originais.²⁶ As batalhas no Báltico eram duras, as baixas pesadas, mas a esperança persistia. E a vida era livre, desimpedida, uma alternativa para a entorpecida e rotineira vida burguesa, com todas as suas limitações. Ali, no Báltico, ainda havia ação e a possibilidade de novas vitórias para ajudar a esquecer as derrotas no Ocidente.

Sobreveio então o golpe que destruiu todas as esperanças. Aconteceu o impen-sável. Com autorização do governo, representantes seus assinaram o terrível tratado de paz que selou a humilhante derrota. Salomon descreveu essa traumática experiência:

Um dia, próximo à data fixada para o início do armistício, estávamos sentados no alojamento do tenente Wuth. Schlageter aí se encontrava de visita e estávamos conversando sobre as possibilidades de nos instalarmos neste país. Wuth queria comprar uma fazenda e serraria. (...) Então o tenente Kay entrou no quarto e falando agitado em meio à fumaça de cigarros anunciou: "A Alemanha assinou o tratado de paz!"

Por um momento, fez-se um profundo silêncio, tão profundo que o quarto quase estremeceu quando Schlageter se levantou (...) Ele fez uma pausa, os olhos fixos num ponto bem à sua frente e, de súbito, com um sinistro tom de voz, disse: "Penso que, afinal de contas... temos alguma coisa a ver com isso?" E bateu a porta. (...) Estávamos alarmados. Ouvimos isso e ficamos chocados ao concluir que, na realidade, tudo isso nos afetava muito pouco.²⁷

Por um breve instante, eles talvez pudessem realmente acreditar que esse distante acontecimento não lhes dizia respeito. Mas os fios invisíveis que os ligavam à sua distante pátria logo se tornaram perceptíveis. Na realidade, eles nada mais eram do que soldados alemães espalhados pela vastidão dos campos russos. A conclusão do tratado de paz por esses *parvenus*, que agora representavam a Alemanha, tinha selado o seu destino. Sentiam-se traídos:

Entreolhávamo-nos, arrepiados. De súbito, sentimos a algidez do inexprimível abandono. Tínhamos acreditado que o nosso país nunca nos despediria, que lhe estávamos ligados

com uma indestrutível corrente, que ele alimentava os nossos desejos secretos e justificava os nossos atos. Agora, tudo isso acabara. A assinatura nos livrou de todas as obrigações.²⁸

Este exemplo mostra claramente o imenso significado emocional da falha do governo de Berlim por não ter declarado em público, em alto e bom som: "Por recomendação expressa do supremo comando do exército, os nossos delegados assinaram o tratado de paz na forma em que nos foi apresentado." A freqüentemente exaltada esperteza inata de Hindenburg conseguira transferir o sentimento de ignomínia despertado pela assinatura do tratado de paz e, portanto, pela humilhante derrota militar para os representantes da República parlamentar. Isso permitiu a renúncia de todos aqueles que se sentiram prejudicados por essa República. No caso de outros indivíduos, o choque pela assinatura de tão vergonhoso e sufocante tratado pode ter-se evidenciado de outras maneiras. Mas o efeito traumático sobre os guerrilheiros, conforme aqui descrito, teve sob certos aspectos uma significação exemplar. Eles nada sabiam das circunstâncias coercivas que tinham levado o governo a decidir assinar. Talvez pudessem tê-lo aceito se o tratado tivesse sido assinado pelo Kaiser, ou Hindenburg e Ludendorff. Mas parecia agora que a responsabilidade exclusiva pela assinatura desse tratado de paz cabia a indivíduos que, de acordo com a tradição da antiga *satisfaktionsfähige Gesellschaft* e, em especial, a do oficialato, eram considerados arrivistas ou *parvenus*.²⁹

Sob a pressão da *Entente* e de acordo com os termos do tratado de paz, o governo de Berlim ordenou finalmente a retirada dos Freikorps do Báltico. Em face disso, muitos dos guerrilheiros rejeitaram sua obediência ao governo alemão, permaneceram no teatro de operações e continuaram lutando — não contra o Exército Vermelho, que já se retirara, mas contra os recém-organizados exércitos letão e estônio, os quais eram apoiados por belonaves britânicas. Pouco a pouco, os guerrilheiros foram forçados a recuar. Essa foi uma segunda experiência traumática para eles. Homens que não podiam admitir que a Alemanha tivesse sido derrotada no Ocidente, estavam agora experimentando o sabor da derrota em primeira mão no Leste.

Pouco a pouco, a situação das guerrilhas no Báltico tornou-se cada vez mais insustentável. Quando chegaram as primeiras e cortantes nevascas do outono russo, a escassez dos suprimentos de vestuário enviados da Alemanha fez-se gradualmente sentir. Muitos deles não tinham capotes. Túnica e calças estavam em andrajos, as botas esburacadas. E as populações locais acoassavam implacavelmente as tropas em seu constante recuo, tal como os russos tinham feito antes com o exército napoleônico em retirada. Por fim, os desesperados guerrilheiros, com suas esperanças destruídas, enfureceram-se. Salomon, entre outros,³⁰ descreveu o que aconteceu então. Uma vez mais, eles contra-atacaram — com fúria e desespero —, perdidos os últimos remanescentes de sua humanidade:

Desferimos a última estocada. Sim, erguemo-nos uma vez mais e avançamos, numa arrancada fulminante. Até o último homem, saímos todos para campo aberto e corremos na direção da floresta. Atravessamos correndo os campos cobertos de neve e penetramos na floresta. Chegamos atirando contra a multidão colhida de surpresa, golpeando, caçando, abatendo quem surgisse pela frente. Afugentamos os letões, como raposas cor-

rendo pelos campos, tocamos fogo em todas as casas, pulverizamos todas as pontes e derrubamos todos os postes telegráficos. Jogamos os cadáveres em poços e granadas de mão em cima deles. Matamos todos os que nos caíam em mãos, queimamos tudo o que podia arder. Víamos tudo vermelho, já não tínhamos qualquer sentimento humano em nossos corações. Onde tínhamos levado a devastação, o saque e a morte, a terra gemia sob o peso da nossa destruição. Por onde passava a nossa fúria, onde tinha havido casas, agora eram entulho, cinzas e vigas incandescentes, como chagas supuradas num campo nu. Um gigantesco penacho de fumaça assinalava a nossa passagem. Tínhamos acendido uma pira fúnebre onde mais do que matéria morta estava ardendo, aí ardiam também nossas esperanças e nossos anseios; aí ardiam também as tábuas burguesas, as leis e os valores do mundo civilizado; ardia tudo o que ainda arrastávamos conosco como sucata empoeirada do vocabulário e das crenças nas coisas e idéias do tempo que ora nos excluía e rejeitava.

Retiramo-nos, fanfarrões, bêbados, carregados de despojos. Em nenhuma parte, os letões sustentaram suas posições. Mas no dia seguinte, ali estavam de novo para nos fustigar.³¹

Se investigarmos as condições numa sociedade em que formas civilizadas de comportamento e de consciência começam a dissolver-se, veremos, uma vez mais, algumas das etapas desse trajeto. É um processo de brutalização e desumanização que, em sociedades relativamente civilizadas, requer um tempo considerável. Em tais sociedades, terror e horror dificilmente se manifestam sem um processo social bastante longo, durante o qual a consciência se decompõe. Na tentativa de entender o surgimento da violência nua e crua como objetivo social, com ou sem legitimação estatal, as pessoas usam com muita frequência diagnósticos estáticos e métodos de explicação a curto prazo. Pode haver certa pertinência nisso quando não se está realmente interessado em encontrar explicações mas, antes, em questões de culpa. Nesse caso, é bastante fácil descrever a barbarização, a descivilização, e também a própria reserva e o comportamento civilizado de cada um como expressão de uma decisão pessoal livremente escolhida. Mas tal diagnóstico e esclarecimento voluntarista não nos leva longe.

Se reconhecermos o curso de desenvolvimento dos Freikorps como um dos caminhos que levaram a atos de violência terrorista extra-estatal durante a República de Weimar, assim como aos atos de violência estatal na era de Hitler, então obteremos um grau de entendimento do longo período de acumulação e estruturação que precedeu os grandes atos de barbarismo que, no começo, eram quase invisíveis mas depois tornaram-se mais óbvios, como se tivessem brotado do nada.

Os homens que, em fúria e desespero, participaram numa orgia de aniquilamento e destruição no Báltico, e alguns dos quais, como o próprio Salomon, procuraram mais tarde destruir a detestada República mediante atos de terror, tinham iniciado a arrancada com grandes esperanças. A aventura seduzira-os. Sonhavam com grandes vitórias para a sua causa, assim como para eles próprios. À medida que aumentavam os sinais de fracasso e derrota, no começo, recusaram-se a aceitar a advertência. Envolveram-se em seu sonho como numa quente e protetora capa. Quando a sombria realidade finalmente se lhes impôs através das esperanças pulverizadas, eles ficaram desvairados. Sob a pressão cada vez mais forte da frustradora realidade, o sonho desmoronou e, com ele, a consciência pessoal dos

guerrilheiros. A ira e o desespero levaram-nos a matar quem atravessasse em seu caminho. Seguiram um rumo, ao qual alguns deles procuraram dar continuidade, com maior circunspeção, em organizações secretas após o regresso à pátria. Entregaram-se à tarefa de destruir um mundo que lhes negava qualquer significado e que, portanto, lhes parecia ser ele próprio destituído de significação — merecedor apenas de ser destruído.

Uma vez mais, suas esperanças foram reanimadas — nos preparativos para derrubar o regime de Weimar e instaurar uma ditadura. Como também essas esperanças foram frustradas com o fracasso do *putsch* Kapp, alguns membros obstinados de muitos Freikorps não viram outra solução senão o uso do terror para desestabilizar e, finalmente, derrubar o abominado regime. Durante esse período, correspondentemente, um certo número de ex-oficiais, em sua maioria membros da Brigada Ehrhardt, formou uma organização secreta. O assassinato de políticos proeminentes soaria como uma advertência. Com a ajuda de tais ações, o putrefato regime seria tão abalado que acabaria ruindo. (Ver apêndice 4 a esta parte, p.205-8.)

Hitler teve êxito onde os líderes dos Freikorps falharam: na destruição total do regime parlamentar de Weimar.³² Teve êxito, em grande parte, porque se esforçou por mobilizar vastos setores das massas através do uso de propaganda extraparlamentar. Os Freikorps estavam entre os seus mais importantes precursores, preparando-lhe o terreno. Os objetivos deles eram, sob muitos aspectos, idênticos aos de Hitler. Mas, apesar de todo o processo de barbarização por que tinham passado suas atitudes e mentalidade, eles permaneciam radicados na tradição dos oficiais de elite — a tradição da antiga *satisfaktionsfähige Gesellschaft* nobre e burguesa. Hitler, o segundo cabo, rompeu as barreiras elitistas do movimento de oficiais e estudantes e transformou-o num vasto movimento popular sem as restrições elitistas que impediam sua disseminação entre as massas. Ser membro da “raça alemã” abriu a porta a muito mais gente do que a mera pertença à “boa” sociedade nobre e burguesa e, na juventude, ao oficialato ou às associações estudantis.

6

De um modo semelhante ao que ocorreu na República de Weimar, uma organização ilegal foi formada entre os jovens na República de Bonn a fim de executar assassinatos políticos, como forma de contribuir para mudanças e, possivelmente, para a queda do Estado e da ordem social vigente, a fim de abrir para os partidos interessados novas perspectivas para o futuro que, de momento, lhes estavam vedadas.³³ Em ambos os casos, essas organizações desenvolveram-se gradualmente, no começo, após uma série de severas decepções e fracassos. Em termos de classe, a maioria dos terroristas em Bonn, assim como na República de Weimar, provinha de famílias burguesas. Havia também entre eles numerosos estudantes ou antigos estudantes. Mas não havia quase nenhum oficial. Em contrapartida, não faltavam terroristas do sexo feminino, que estavam totalmente ausentes entre os grupos de Weimar.³⁴

Percebe-se o problema. No período de Weimar, grupos de jovens da classe média que sentiam estar o regime vigente bloqueando suas oportunidades para uma vida

significativa, olhavam os trabalhadores como adversários, os comunistas como seus piores inimigos e até a classe média liberal como abominável. Na República de Bonn, a oposição extraparlamentar, a qual também era constituída em sua grande maioria por jovens da burguesia, em cujas fileiras eram principalmente recrutados os membros de associações terroristas secretas, havia uma perspectiva oposta. Simpatizavam com os trabalhadores, por vezes também com uma ou outra forma de comunismo.³⁵ Sua inimizade era dirigida contra a sociedade burguesa estabelecida — uma sociedade que, a seus olhos, estava alicerçada exclusivamente no egoísmo e na realização de interesses individuais. Também sentiam que as circunstâncias sociais existentes e as limitações que assim lhes eram impostas eram insuportáveis. E numa consideração mais profunda da situação descobre-se também que, na raiz, uma geração mais jovem em busca de uma vida significativa para si encontra restringidos ou bloqueados os canais para se alcançar tal vida. *O que era valorizado como significativo era muito diferente nos dois casos. Mas a motivação básica era a mesma: o sentimento de estar encarcerado num sistema social que tornava muito difícil para as gerações mais jovens encontrarem oportunidades para um futuro pleno de significado.*

Essa motivação fundamental tem sido discernível repetidas vezes no testemunho dos movimentos extraparlamentares, desde a década de 1960 até o presente. Mas usualmente permanece mais periférica. Desaparece com freqüência atrás de um véu de marxismo ou seus derivados. Em minha opinião, entretanto, é uma motivação central. Obstrui-se a visão de um problema social muito sério do nosso tempo quando não se reconhece isso.

Há um pressuposto tácito nas sociedades industriais multipartidárias de hoje que impede a percepção desse problema. De acordo com esse pressuposto, as sociedades em questão encontram-se construídas de tal modo, que toda e qualquer pessoa pode encontrar uma tarefa significativa e gratificante na vida, desde que ele ou ela se esforce ao máximo por conseguí-la. Isso é falacioso. Existem fases distintas nessas sociedades em que os canais para a mobilidade ascendente das gerações jovens e vindouras são relativamente numerosos e abertos, e outras em que são limitados e restritos. Não estou me referindo aqui simplesmente a oportunidades de carreira. O que afirmo é igualmente válido no que se refere a oportunidades não-profissionais (*nichtberufliche*) de uma vida significativa, incluindo sobretudo as oportunidades na esfera da luta política. Os conflitos políticos de hoje assumiram, sob muitos aspectos, as funções de criação de significado que, numa época anterior, eram desempenhadas pelas lutas religiosas. A orientação, dentro do espectro político que hoje — mas, certamente, não para sempre — se estende entre os dois pólos opostos de comunismo e fascismo, os quais, em última instância, estão ambos orientados para o uso da violência, talvez tenha se tornado, mais do que nunca, o centro de orientação do mundo para vastos círculos.

Mas é exatamente nessa direção que os jovens de hoje acham que o trabalho político dos partidos, tal como eles o vivenciam, fecha freqüentemente a porta a qualquer atividade significativa. Muitos deles são suficientemente perspicazes e inteligentes para reconhecer com clareza os pontos vulneráveis e as deficiências das

sociedades existentes. As pessoas de gerações mais antigas, com experiência nas lutas pelo poder, reconhecem com freqüência a necessidade de compromisso. Os mais jovens são, na maioria das vezes, mais inflexíveis a respeito de meias-medidas. Pode ser aqui percebido um aspecto do conflito de gerações que se desenrola apenas meio reconhecido nas sociedades industriais ocidentais. Muitos dos mais argutos membros das mais jovens gerações não se satisfazem com soluções de compromisso. Assim, quando desejam expressar e pôr em prática seus desejos políticos através dos canais institucionais da organização partidária, é freqüente encontrarem o caminho obstruído, suas necessidades de significação bloqueadas.

A formação de uma oposição extraparlamentar, na década de 1960, fornece um exemplo ilustrativo dessa situação. Isto vale igualmente para o movimento estudantil ligado a essa oposição e com a qual compartilhava de um grande número de membros em comum. No começo, as pessoas mais jovens viram aí algo que já não encontravam no âmbito das instituições políticas estabelecidas, especialmente nos partidos solidamente organizados. As atividades coletivas, a vida comunitária e as demonstrações de massa, todas elas proporcionam aos participantes não só um sentimento de solidariedade, mas também o sentimento de se possuir um propósito significativo, um sentimento de poder e uma excitação feliz e prazerosa. Aí estavam os propósitos; aí estava o significado.

O relativamente longo caminho, no qual as ações inicialmente pacíficas se tornaram, aos poucos, mais violentas — por exemplo, através de atentados incendiários contra estabelecimentos comerciais ou repetidos ataques a instalações americanas, planejados como protestos contra a Guerra do Vietnã — não precisa ser aqui descrito. Mas talvez não seja de todo isento de importância dizer-se que, uma vez mais, tratava-se de um típico processo de duplo vínculo, com uma forte tendência para a auto-escalada. Desde o começo, as ações e manifestações do movimento extraparlamentar foram dirigidas contra instituições existentes, entre elas, a estrutura autoritária vigente nas universidades. Não admira que as autoridades instituídas revidassem, ou que fossem por isso cometidos erros, dos quais o fuzilamento de Benne Ohnesorg, um estudante, teve provavelmente as mais sérias conseqüências. Em semelhante situação, um erro como esse é como um guia mostrando o caminho a ser seguido: o sentimento geral era que se o Estado usa a violência, nós também devemos usá-la. Tais processos de duplo vínculo não têm um início real. A polícia deve certamente ter se sentido provocada e talvez ameaçada pelos manifestantes. Mas essa é uma regularidade quase universal de um duplo vínculo: a violência engendra a contra-violência, a contra-violência aumenta a violência do outro lado, e assim por diante.³⁶

Se observarmos as relações de poder envolvidas, chega-se rapidamente à conclusão de que o equilíbrio entre o potencial de violência do Estado e o dos movimentos extraparlamentares — e, mais tarde, dos terroristas — era por demais desigual para que os últimos tivessem qualquer chance de êxito. Mas, com toda a certeza, muitos líderes do movimento estudantil e da oposição extraparlamentar desses dias sentiram que poderiam contribuir para a queda da ordem social do egoísmo, e abrir o caminho para eles próprios e para a classe trabalhadora, rumo a uma ordem menos

egoísta, menos repressiva, mais significativa. Então, depois dos êxitos de 1968, muitos dos participantes defrontavam-se de novo com a questão de um futuro bloqueado, a questão: Para onde vamos? O que faremos? Começou despontando o reconhecimento de que não estavam realmente avançando nada; após a euforia do sucesso, instalou-se pouco a pouco o desapontamento; após o sonho veio o despertar, com a intuição de que a detestada estrutura social, embora tivesse sofrido alguns arranhões aqui e ali, ainda permanecia intata. Além disso, a par do desapontamento a respeito de suas próprias iniciativas, alguns deles sofreram uma segunda decepção no mesmo ano, quando a Rússia mandou tropas invadirem a Tchecoslováquia.

Passando por alto várias etapas intermédias, como a libertação de um líder da prisão, começou se desenvolvendo em certos círculos do movimento extraparlamentar a convicção de que a potência superior da organização estatal da violência não podia ser derrotada por meios legais. De um modo semelhante ao de alguns exasperados e desapontados jovens de classe média dos grupos que repudiaram o Estado durante o período de Weimar, também alguns exasperados e desapontados jovens de classe média na República de Bonn extraíram de suas experiências a conclusão de que essa estrutura social só poderia ser abalada através da conspiração. Isso só poderia ser conseguido através da formação de associações secretas e da ação terrorista sistemática contra seus mais destacados representantes, despertando assim, talvez, a população letárgica.³⁷

Um dos temores centrais daqueles que aproveitaram a oportunidade para formar unidades de guerrilha urbana, assim como daqueles que assumiram sua liderança, era a possibilidade de um retorno da Alemanha a uma ditadura de partido único. Talvez já vissem a República Federal como um regime semifascista. Alguns membros das organizações terroristas eram da opinião de que seria preferível forçar o fascismo encoberto, que parecia manifestar-se em atos de violência do Estado, do que expor-se abertamente através de atos de contraviolência que lhe arrancassem a máscara. Sem dúvida, as medidas coercivas da República Federal eram reforçadas, de certa maneira, pela pressão dos atos terroristas.

Se hoje olharmos para trás e realizarmos um balanço desse período, é impossível deixar de lamentar todas as vítimas que essa luta reclamou, todo o sofrimento que causou e a futilidade de todo esse sacrifício e sofrimento. É cada vez mais premente, portanto, a tarefa de nos conscientizarmos dos problemas sociais que originaram esses conflitos. Eles ainda estão, em grande parte, por resolver; eles ainda existem. Tentarei resumir o que me parece ser o âmago da questão.

Talvez possa fazer isso da melhor maneira, alongando-me a respeito de uma expressão que já usei de tempos em tempos. Disse que as pessoas que desempenharam papéis de liderança nas organizações extraparlamentares, tanto não-violentas, quanto violentas, eram predominantemente "jovens burgueses". Sob muitos aspectos, eles usaram uma orientação ideológica centrada nos problemas da classe trabalhadora, mas foi escrito sobre tais grupos, com certa justificação, que:

A classe trabalhadora mítica é um clube que nutre o propósito de aniquilar o mundo do pai.³⁸

De fato, neste como em outros casos, por trás do uso ideológico do conflito de classes está a realidade de um conflito de gerações como força propulsora. Houve, certamente, pessoas das organizações terroristas na República Federal que vieram da classe trabalhadora e que, em certa medida, continuaram ganhando a vida como trabalhadores. Mas estavam em minoria. Era assombrosa a diferença entre eles e os terroristas originários da classe média, no que se refere à atitude de uns e outros e sua preparação para o uso da força física como veículo de luta política. Mas isso é uma outra questão.

Um membro das classes trabalhadoras que desempenhou um papel ativo, embora, segundo parece, não exercesse uma liderança em qualquer organização terrorista foi Michael Baumann. Seu livro, *Wie alles anfing (Como tudo começou)* (1975), ajuda em muitos aspectos a entender o lado humano dos terroristas. Tal como Hans-Joachim Klein — um outro antigo trabalhador-terrorista que escreveu uma autobiografia³⁹ — Baumann era uma pessoa que, através de seu contato com o movimento estudantil e, sobretudo, através de sua formação autodidata, converteu-se num intelectual. Ambos os jovens nunca perderam o que era típico de suas origens. Mas, diferentes como eram, permaneceram solitários. Baumann, em particular, era mais anarquista do que marxista. Rejeitou deliberadamente a carreira que suas origens pareciam conduzir a ele, assim como rejeitou mais tarde o movimento terrorista. Ele era, para usar as suas próprias palavras, "um trabalhador demente".

É um dado revelador que ele se perguntasse, relativamente cedo na vida, que espécie de significado o seu trabalho tinha para ele:

No trabalho que você faz, pode não encontrar o menor sentido, por exemplo, em sair dando recados ou alguma outra bobagem parecida. Depois, você não sente vontade de aprender um ofício manual. Isso causa-lhe somente aversão, é apenas uma outra coisa que você tem de demolir.⁴⁰

Tornou-se claro para ele que o que estava aprendendo, então, era o que ele teria de fazer nos próximos cinquenta anos. Ficou fisicamente chocado e, finalmente, conseguiu "cair fora". Descreve isso em termos muito explícitos:

Por exemplo, no primeiro dia, quando todos os aprendizes tinham ido ao escritório e depois foram levados em algum veículo para o local da obra, ocorreu-me de súbito que estaria fazendo isso pelos próximos 50 anos. Não há escapatória. Fiquei deveras horrorizado, de modo que procurei sempre uma forma de poder livrar-me disso.⁴¹

Se se perguntar por que razão os movimentos de oposição extraparlamentar, nas décadas de 1960 e 1970, e também depois, sem dúvida, eram principalmente formados por pessoas de origem na classe média, então parece útil começar neste ponto. Para os trabalhadores jovens, a experiência descrita por Baumann é provavelmente um tanto rara. Como hipótese de trabalho, pode-se supor que a transição da escola para um aprendizado, e deste para um local de trabalho, ainda ocorre hoje de modo tradicional e relativamente irrefletido: todas as pessoas que conheço passam por isso, de modo que eu faço o mesmo. As pessoas submetem-se a coerções mas, segundo parece, com crescente letargia. Aquelas que, como Baumann, não

fazem isso e vêem-se, de súbito, frente a frente com o seu futuro e dizem para si mesmas com horror, "Então, é isso o que vai ser toda a minha vida?", ainda constituem uma exceção entre os jovens trabalhadores.

Para os jovens oriundos da classe média, especialmente os jovens estudantes, a questão do futuro: "O que virei a ser? Que forma devo dar à minha vida?", é usualmente uma indagação central e muito urgente. O desejo de um futuro que seja significativo para a pessoa, que ela sinta ser gratificante, é mais forte e, por conseguinte, a busca de significado mais consciente.

Se os grupos de jovens rebeldes de classe média, das décadas de 1960 e 1970, viram ou não como o objetivo de suas manifestações, passeatas, *sit-ins* e invasões, o protesto a favor dos oprimidos e derrotados, essa questão do significado permaneceu no *background* como poderosa força motivadora. Se um considerável número de jovens teve sufocadas suas oportunidades de expressão, como ainda hoje ocorre com frequência, então existe uma emergência na sociedade, um potencial explosivo que, sob condições favoráveis encontrará repercussão, repetidas vezes, em movimentos que se colocam em pronunciada oposição às instituições políticas estabelecidas. Referi-me acima aos terroristas da República de Weimar porque me pareceu ser útil destacar que os movimentos extraparlamentares, pacíficos ou violentos, não constituem um fenômeno isolado mas, em certas condições, são parte, por assim dizer, da estrutura das sociedades industriais não-ditatoriais e, talvez, também das ditatoriais.

Além disso, especialmente na República Federal alemã, a diferença entre as idéias morais das gerações mais velhas e o *ethos* das mais jovens é deveras impressionante. Como reação à lembrança traumática da desumanidade do período de Hitler, um *ethos* muito acentuado de resistência à desigualdade, à opressão, à exploração e à guerra, e a favor de um novo tipo de decência entre os seres humanos, passou a ser aceito pelas pessoas mais jovens. Ainda temos de esperar para ver se esse *ethos* freqüentemente utópico sobreviverá quando essas pessoas ficarem mais velhas. Mas quer isso aconteça ou não, podemos admitir com uma certa dose de certeza que o problema de significado para as gerações mais jovens, o qual se expressou no movimento terrorista, entre outros, far-se-á sentir repetidamente, mesmo em atos de violência, enquanto as pessoas não se esforçarem, de um modo muito mais intenso e consciente, para melhorar. De fato, não é difícil perceber que essa barreira à expressão para uma parcela não desprezível da geração mais jovem, criada através de leis, de desemprego ou seja o que for, gera um vasto campo de recrutamento, não só para os traficantes de drogas atuais, mas também para as futuras guerrilhas urbanas e para os futuros movimentos radicais em geral, de direita ou de esquerda. Ninguém pode dizer que futuro está reservado para a República Federal da Alemanha, caso essa semente germine. (Ver apêndice 5 a esta parte, p.209-66.)

Apêndices à Parte III

1 Sobre o *ethos* da burguesia guilhermina

Embora houvesse exceções, como os escritos de Nietzsche, o *ethos* guerreiro aburguesado da sociedade guilhermina encontrou sua expressão menos em livros eruditos, do que no pensamento e nas ações cotidianas das pessoas envolvidas. Provas disso apresentam-se, por exemplo, em mudanças no uso de vocábulos ou nos romances populares da época.

Rudolf Herzog, respeitado expoente de uma literatura burguesa amena, de alto nível, usou empresários do seu tempo como personagens centrais em várias obras. Um de seus romances, *Hanseaten* (1909) (*Mercadores hanseáticos*), tem como protagonista Karl Twersten, proprietário e administrador de um estaleiro de Hamburgo, herdado de seu avô. No começo, Herzog descreve, entre outras coisas, como os operários se postam em posição de sentido quando o dono do estaleiro sobe a bordo de um navio recém-construído. Depois, quando numa ocasião foram impedidos de chegar ao local de trabalho no porto em consequência de uma tempestade e do continuado mau tempo, eles mandaram uma delegação para falar com o patrão porque o trabalho perdido desse dia seria descontado de seus salários; a discussão entre Twersten e os delegados teve a seguinte forma:

— Ouçam, — começou ele, olhando-os com severidade. — Todos vocês foram soldados, não foram? Ou marinheiros? Melhor ainda. Então, nesse caso, devem saber perfeitamente o que significa disciplina. E vocês, trabalhadores veteranos sabem, tão bem quanto eu, que num estaleiro naval tem de haver tanta disciplina quanto a bordo de um navio. Portanto, tudo o que tenho a fazer é ceder às exigências de vocês e estarei abrindo a porta à indisciplina. Por quê? Claro que não estou referindo-me a vocês três. São homens honrados e conheço-os há bastante tempo. Mas poderia ocorrer a centenas de madraços usarem todos os dias o vento e a chuva como desculpa quando quiserem chegar algumas horas mais tarde ao serviço. Basta que fique sendo hoje conhecido que é uma boa desculpa e que funciona — nós ainda vamos ser pagos! — e vocês, trabalhadores esforçados e decentes, serão os que fazem figura de bobos... Não, não preciso dizer mais nada a vocês. Não são novatos e sabem que deve haver disciplina. Assim deve ser, doa a quem doer.

— Está certo — disse o ferreiro, e pôs seu boné num gesto brusco.

— Nesse caso, devem compensar o tempo perdido trabalhando horas extras. Esse é o acordo.

no sentido exato da palavra, começou algo mais tarde do que os processos comparáveis na Alemanha e França. Enquanto a expansão e as guerras eram dirigidas para sociedades não-européias, menos desenvolvidas, e executadas usando exércitos mercenários, a massa do povo britânico não era muito afetada. A *intelligentsia* de classe média ainda podia entender essas guerras sob o signo de uma "missão civilizadora", como definida por Matthew Arnold: "Civilização é a humanização do homem em sociedade" (M. Arnold, *Mixed Essays: Works*, Londres, Edition de Luxe, 1904, vol.10, p. vi). Ou, se estava familiarizada com características da expansão colonial britânica que transgrediam os padrões do humanismo da classe média, podia mesmo assim criticar o seu próprio país com uma liberdade que teria transformado em proscritos, ou traidores, os membros de sociedades continentais como a Alemanha e a França, onde, em grande parte, conjuntamente com certas contingências associadas a razões de Estado, a nacionalização de sentimentos e ideais já avançara muito mais. Um exemplo é fornecido pelo virulento assomo de Wilfred Scawen Blunt contra o fracasso da política britânica no Egito ("The wind and the whirlwind" ["O vento e o furacão"], 1883, em *The Poetical Works of Wilfrid Scawen Blunt*, Londres, Macmillan, 1914, vol.2, p.233):

*Thou art become a by-word for dissembling,
A beacon to thy neighbours for all fraud.
Thy deeds of violence men count and reckon.
Who takes the sword shall perish by the sword.
Thou has deserved men's hatred. They shall hate thee.
Thou hast deserved men's fear. Their fear shall kill.
Thou hast thy foot upon the weak. The weakest
With his bruised head shall strike thee on the heel.
Thou wentest to this Egypt for thy pleasure.
Thou shalt remain with her for thy sore pain.
Thou hast possessed her beauty. Thou wouldst leave her
Nay. Thou shalt lie with her as thou hast lain.*

[Tu te converteste na expressão suprema da hipocrisia./Um guia para todas as fraudes de teus vizinhos./Teus atos de homem violento somam-se e contam./Quem empunha a espada pela espada perecerá./Tu mereceste o ódio dos homens. Eles te odiarão./ Tu mereceste o medo dos homens. O medo matará./Tu espezinhasse os fracos. Os mais fracos/Com suas cabeças pisadas te golpearão no calcanhar./Vieste neste Egito para teu prazer./Nele ficarás para teu cruel sofrimento./Tu possuístes sua beleza. Tu não o deixarás/Mas ficarás com ele até o dia do teu final repouso.]

O que aos olhos das pessoas criadas na tradição da moralidade da classe média parecia ser hipocrisia, falsidade e violência era, de fato, uma marca normal que caracterizava a tradição guerreira dinástica e aristocrática. Nos interesses próprios e nos de seu país — para os príncipes e as elites nobres dominantes — todos esses meios contavam como armas necessárias e inevitáveis na luta permanente com outros governantes e outros países, de acordo com o tradicional código da classe alta. Tais armas eram usadas nas relações Estados de um modo tido como evidente. Somente numa época em que as nascentes classes industriais, com as elites de classe média como sua vanguarda, estavam combatendo as tradicionais classes altas numa frente mais ampla por status iguais e uma participação no poder governamental, as primeiras começaram a voltar-se abertamente e, em muitos casos, com grande contundência, contra os maquiavélicos recursos de gestão política. Presumivelmente, na Grã-Bretanha, há mais exemplos de conflito aberto entre os porta-vozes de um código moral, humanístico, e os de um código maquiavélico do que é o caso nos países continentais, onde começou mais cedo a pressão para sujeitar-se a um código nacionalista e não ver com bons olhos o inconformismo.

A primeira grande onda de nacionalismo na Grã-Bretanha parece ter estado ligada à Guerra Boer e ao cerco de Mafeking. Aí ocorreu na época a formação e propagação de um sistema unificado de crença que deslocou para o centro a nação como símbolo de um valor

indiscutível; nesse centro, os indispensáveis requisitos de estatística, como as pessoas e as massas educadas das classes média e trabalhadora de que a nação, de que o Estado e seus representantes, satisfariam a forma ideal de um padrão moral e humanista do tipo que eles tinham que seguir, numa forma menos perfeita, em suas relações sociais domésticas.

15. Citado em John Drinkwater, *Patriotism in Literature*, Londres, Williams & Morrow, 1924, p.244-5.

16. A percepção de mudanças a longo prazo desse gênero é obscurecida, com frequência, pela falta de clareza a respeito dos critérios a serem usados. Em muitos casos, não é feita uma distinção suficientemente nítida entre a ascensão de um indivíduo de um estado ou classe para um outro ou outra, sem qualquer mudança nas posições relativas desses estratos sociais, e uma mudança nas posições de superordenação e subordinação de diferentes estratos sociais como tais. Como resultado, os dois tipos de ocorrência não são claramente distinguidos em sua relação mútua. Tal distinção é crucial para a investigação de tradições, "culturas", normas, crenças e padrões específicos de diferentes estratos. A ascensão individual tem normalmente como sua consequência que o indivíduo com mobilidade ascendente abandona a "cultura" do seu "estrato de origem" e adota a do estrato a que segue. Ou melhor, é a família com mobilidade ascendente que assim passa, no decurso de duas ou três gerações, de uma cultura para uma outra. ("São necessárias três gerações para fazer um cavalheiro.") Em contraste, a ascensão de todo um estrato social, seu aumento de status e poder em relação a outros, pode envolver, com efeito, um desenvolvimento adicional de sua própria "cultura", mas não envolve incondicionalmente uma ruptura com suas tradições. É muito consentâneo com uma continuidade no desenvolvimento de normas, padrões e crenças tradicionais, mesmo quando está envolvida a absorção de elementos da tradição de um estrato previamente superior ou uma mistura razoavelmente extensa de culturas. No último caso, o processo específico de mudança nas relativas oportunidades de poder dos estratos ascendentes e decadentes é decisivo para a forma e maneira em que duas culturas se influenciam mutuamente e para o tipo de mistura que finalmente resulta.

NOTAS À PARTE III

1. Se, como no presente caso, se contrasta civilização com violência, com a espécie de violência que as pessoas se infligem mutuamente em guerras, em lutas políticas, ou seja privada ou seja onde for, então estreita-se desde o começo a imagem que se tem de civilização. Delimita-se o conceito de tal modo que, na realidade, apenas um de seus aspectos é considerado: a coexistência não-violenta de seres humanos. Mas conviver de um modo civilizado inclui muitíssimo mais do que apenas a não-violência. Inclui não apenas o aspecto negativo subentendido pelo desaparecimento de atos de violência das relações humanas, mas também um campo inteiro de características positivas, sobretudo a moldagem específica de indivíduos em grupos, o que só pode ocorrer quando for banida de suas relações sociais a ameaça de que as pessoas se agredirão fisicamente umas às outras ou forçarão outras, graças a músculos mais fortes ou a melhores armas, a fazer coisas que, se não fosse isso, elas nunca fariam. A modelagem civilizadora de indivíduos em territórios pacificados é refletida nas artes, com as quais as pessoas agradam umas às outras, nos jogos esportivos com que se testam mutuamente sem se causarem danos recíprocos, nas viagens e passeios por regiões pacíficas e de muitas outras maneiras. Nenhuma pacificação é possível enquanto a distribuição de riqueza for muito desigual e as proporções de poder demasiado divergentes. E, vice-versa, nenhuma prosperidade a longo prazo é possível sem uma pacificação estável.

2. Formular o tipo errado de perguntas também está ligado à atual e generalizada tendência para atribuir os conflitos entre pessoas, e os conflitos internos que surgem nelas, a uma agressividade inata dos seres humanos. Não tem fundamento a idéia de que os seres humanos possuem uma tendência inata para atacar os seus semelhantes, um instinto agressivo, o qual é semelhante, em sua estrutura, a outras tendências inatas, como a paixão

sexual. Os seres humanos possuem um potencial inato para cambiar automaticamente todo o seu aparelhamento corporal para uma outra marcha se sentirem que estão em perigo. Por vezes, dá-se a isso o nome de reação de alarme. O corpo reage à experiência perigosa com uma adaptação automática que o prepara para intensos movimentos dos músculos esqueléticos, especialmente para a luta ou a fuga. Os impulsos humanos que correspondem ao modelo de uma pulsão instintiva são deflagrados fisiologicamente, ou seja, como se costuma dizer, "vêm de dentro", sendo relativamente independentes da situação dada. O câmbio da economia corporal a fim de se preparar para lutar ou fugir é determinado em muito maior medida por situações específicas, quer estejam presentes aqui e agora, quer sejam recordadas.

O potencial de agressão pode ser ativado por situações naturais e sociais de tipos específicos, sobretudo por conflitos. Como um desafio deliberado a Konrad Lorenz e outros investigadores que atribuem aos seres humanos um instinto de agressão análogo à pulsão sexual, eu gostaria de sugerir, talvez um tanto rudemente, que *não é a agressão que deflagra conflitos, mas os conflitos que deflagram a agressão*. Os nossos hábitos de pensamento levam-nos a esperar que tudo o que temos a explicar sobre seres humanos possa ser explicado por referência a um indivíduo isolado. É evidentemente difícil a harmonização de pensamento e, assim, do aspecto que se espera que uma explicação tenha, com o modo como as pessoas estão reunidas em grupos (ou seja, com as estruturas sociais). Os conflitos são um aspecto de tais estruturas, isto é, do convívio de humanos com humanos. Além disso, são um aspecto da vida dos seres humanos em conjunto com animais, plantas, lua e sol, em suma, com a natureza não-humana. As criaturas humanas estão equipadas pela natureza para esse convívio de pessoas e natureza, e para os conflitos que fazem parte dele.

3. Em poucas palavras, a forma de vida social dentro de um Estado e a pacificação que ela acarreta estão baseadas na violência. A polaridade entre civilização e violência, que poderia, à primeira vista, parecer excessivamente absoluta, revela-se relativa num exame mais minucioso. O que está por detrás disso é a diferença entre pessoas que ameaçam outras com violência ou usam armas e músculos em nome do Estado e protegidas pela lei, e pessoas que fazem a mesma coisa sem permissão do Estado e sem a proteção da lei.

4. Apresentei um modelo explicativo do seu desenvolvimento em *The Civilizing Process*, trad. de Edmund Jephcott, Oxford, Blackwell, 1994.

5. Sobre este assunto e este conceito, ver Norbert Elias, *Involvement and Detachment*, Oxford, Blackwell, 1987; ver também Norbert Elias, *Humana Conditio*, Frankfurt, Suhrkamp, 1985.

6. Mas esses especialistas em violência também podem vir a apoiar um estrato social ou um partido político específico, em suas lutas com outros, em conflitos intra-estatais. Como já disse, o monopólio da violência é bifronte.

Aliás, as pessoas que, por um lado, são criadas e educadas num nível relativamente elevado de civilização, numa comparativamente forte aversão ao uso da força física em relações intra-estatais, são as mesmas que, por outro lado, conscritas para o serviço militar, por exemplo, são treinadas para tornar-se especialistas em matar, nos casos de conflitos interestatais. A diferença no nível de civilização em relações internas e externas das sociedades-Estados atuais está refletida, pois, em desequilíbrios e conflitos pessoais específicos das pessoas afetadas. Expressa-se em sua estrutura da personalidade. Em tempos de paz, dentro dos espaços pacificados onde os atos de violência são punidos, as pessoas são treinadas para a guerra, na qual os atos de violência são permitidos e exigidos. Os sobreviventes regressam da guerra, onde se acostumaram a toda a espécie de violência, para os espaços pacificados de suas sociedades-Estados. Espera-se deles que se ajustem num abrir e fechar de olhos à não-violência aí exigida. Mas, com frequência, isso não pode ser feito com tanta rapidez. O caudal de guerras leva ondas de violência para dentro de sociedades-Estados pacificadas, com efeitos que podem perdurar durante várias gerações.

7. Este código tinha sido formado na prática dos oficiais, ao longo de muitas gerações, de uma aristocracia que, com frequência, não estava em muito boa situação econômica.

Nesses grupos, era ponto pacífico que a guerra era um negócio infame. Matava-se inimigos, quando necessário queimava-se-lhes as casas, assolava-se-lhes a terra e, com toda a certeza, saqueava-se tudo o que surgisse pela frente. Mas, para os oficiais, havia ao mesmo tempo certas regras, um código de comportamento que era também observado em relação aos inimigos, especialmente aqueles que pertenciam à mesma classe deles. Para a nobreza, a guerra era um tipo de profissão. Por muito que se pudesse detestar o adversário, a conduta em relação a ele era, de um modo geral, determinada por um código de cavalheiros relativamente uniforme, o qual permaneceu válido e em vigor para todos os oficiais de Estados europeus até o século XIX e talvez até o início do século XX.

8. Não só pessoas individuais mas também grupos de pessoas, como classes e nações, aprendem a partir de suas experiências. Como um correlato da continuidade entre gerações existe algo, portanto, como uma memória coletiva em grupos sociais. Uma das experiências coletivas fundamentais de vastos setores da burguesia do império guilhermino foi a lembrança de que a tão sonhada unificação da Alemanha não foi conseguida pacificamente, através da razão e de uma revolução burguesa contra a supremacia dos príncipes e da aristocracia mas, pelo contrário, através de uma vitória militar sobre a França, obtida sob a liderança da aristocracia. A reviravolta que ocorreu em consideráveis parcelas da burguesia alemã por causa dessa experiência coletiva pode ser expressa, talvez correndo o risco de um certo grau de supersimplificação, da seguinte maneira. Foi como se muitos de seus membros dissessem: "Todas as nossas belas idéias nenhum préstimo tiveram para nós. O que nos tirou das profundezas abissais e nos levou para as alturas e, portanto, para a meta pela qual nos esforçamos tanto por alcançar, foi a força militar, a violência militar. Obviamente, isso é o que conta nas questões humanas. As belas, as grandes palavras de Schiller, Goethe e os outros, com seu apelo à espécie humana e à humanidade — tudo isso ajudou muito pouco. No final das contas, o que ajudou mesmo foi apenas a força armada, a vontade de potência e a firmeza de decisão."

9. Walter Bloem, *Volk wider Volk*, Leipzig, H. Fikentscher, 1912, p.326 e seg.

10. Eu mesmo, apenas com 17 anos de idade, tive a experiência desses sentimentos como algo estranho e não muito compreensível. Mas tinha colegas de escola e conhecidos que, diferentes de mim, compartilharam desse estado de ânimo predominante.

11. *Kriegsbriefe gefallener Studenten (Cartas de serviço ativo por estudantes mortos em combate)*, org. Philipp Witkop, Munique, Müller, 1929, p.7 e seg.

12. De um modo geral, pareceu a muitos membros dos antigos estratos dirigentes ser um rompimento com a tradição alemã, uma redução de seus próprios direitos de governar, que representantes desses grupos que tinham estado anteriormente muito abaixo deles assumissem agora funções de governo. O regime parlamentar, alinhado com os modelos ocidentais — o qual era favorecido e apoiado pelos aliados, os inimigos de ontem — apresentava-se aos olhos daqueles como duplamente condenável: porque promovido pelos inimigos ocidentais e porque parecia projetado para assegurar aos representantes da classe trabalhadora um acesso duradouro a posições governamentais e abrir-lhes, portanto, oportunidades de poder que jamais haviam possuído na Alemanha.

Pode-se entender esse contraste como uma expressão de um conflito de classes — mas não um conflito de classes como retratado em livros. As tensões freqüentes, beirando a guerra civil, entre diferentes campos da população alemã, acompanhadas de violência no período inicial da República de Weimar, não correspondem exatamente à imagem um tanto simplificada de tais conflitos descrita por Marx. No seu roteiro, as fábricas situam-se no ponto central dos conflitos de classes, formam o foco das tensões entre a burguesia e a classe trabalhadora. Em seu âmago, essas tensões parecem ser simplesmente uma expressão dos interesses econômicos antagonísticos de empresários industriais e de trabalhadores industriais. No tempo de Marx, isso talvez fosse um diagnóstico adequado, embora, é claro, mesmo então, a fábrica fosse um aparato para exercer o domínio e as lutas por oportunidades econômicas formassem um aspecto — embora um aspecto muito central — de uma luta pelo poder. Durante o século XX, entretanto, os conflitos e tensões no nível político

adquiriram crescente significação em relação aos registrados em nível de fábrica. É o acesso a posições dirigentes, como a toda uma série de outras posições na administração estatal e urbana, que os representantes dos trabalhadores tinham alcançado na Alemanha (como na Grã-Bretanha) depois de 1914-18, desempenhou um papel considerável na divisão de oportunidades de poder entre esses dois grupos sociais.

Quando num relacionamento entre o *establishment* e os que se encontram à margem dele, com um gradiente de poder muito acentuado, a distribuição de pesos de poder desloca-se um pouco a favor dos grupos de fora, sem eliminar a superioridade de poder do *establishment*, então, com grande regularidade, a tensão entre os dois campos intensifica-se — embora, com frequência, não de maneira óbvia. O fato de que os prévios grupos subordinados, incluindo neste caso os representantes de partidos dos trabalhadores, tinham ganho acesso às posições de comando decisório do Estado e, através dele, a muitas posições intermédias e inferiores na hierarquia da administração, não foi percebido em muitos círculos burgueses e nobres do velho *establishment* como um passo significativo no sentido da integração da classe trabalhadora na nação mas simplesmente como uma restrição às suas próprias posições de liderança, como uma redução dos seus méritos pessoais, como uma destruição de seus ideais.

13. Ambas as metas, a interna assim como a externa, dificilmente tinham alguma coisa a ver com as efetivas relações de poder e por isso tinham, num alto grau, o caráter de racionalização de desejos. Com a crescente industrialização da Alemanha, elevava-se a proporção de poder nas mãos de empresários e outros grupos detentores de capital, mas também o da classe trabalhadora empregada na indústria. Seriam necessárias condições extraordinárias — como uma crise econômica particularmente severa acompanhada de alto nível de desemprego — para conseguir destruir os recursos de poder central da classe trabalhadora, suas organizações profissionais e políticas. Se isso teria sido possível a mais longo prazo, em condições de relativa paz, é um ponto discutível. Tão discutível quanto saber se, num período em que a ascensão dos Estados Unidos a uma posição de supremacia global já se anunciava, a proporção de poder da Alemanha teria sido suficiente para garantir a hegemonia na Europa contra a resistência dos Estados Unidos e seus aliados. Esse curso de ação estava com toda a certeza fora de questão se a liderança alemã agisse de um modo a jogar os reconhecidos rivais, Rússia e Estados Unidos, nos braços um do outro a fim de combaterem juntos a Alemanha.

Quando os grupos dirigentes de uma nação e todos os que se identificam com eles são dominados pelo sedutor sonho de que o destino do seu próprio país é tornar-se grande e deter uma posição de supremacia mundial, ou ter uma missão a cumprir que envolve toda a população, então raramente existe outro caminho humanamente menos devastador do que a derrota social e militar. Só assim os grupos em questão podem ser despertados de seu sonho, e a falsa crença narcisista do valor superior de sua nação, comparada com todos os outros povos, e o concomitante esforço em busca de hegemonia, podem ser extintos. Que na Alemanha duas severas derrotas de suas lideranças ufanistas e autoglorificadoras foram necessárias a fim de reduzir o tom da imagem nacional e dos correspondentes objetivos da política alemã a um nível mais realista estava certamente relacionado, em parte, com a atração que a meta de potência mundial exercia para uma nação que durante séculos tinha sofrido de fraqueza.

14. Pseudo-Xenofonte, *Athenaion politeia*, 1, 5, em *Xenophon (Collected Works)*, VII, *Scripta minora*, Londres e Cambridge, Mass., 1968 (Loch Classical Library 183), p.476 e seg. Sobre o padrão geral de tais relações entre o *establishment* e os que estão à margem dele, ver Norbert Elias e J.L. Scotson, *The Established and the Outsiders: a Sociological Enquiry into Community Problems*, Londres, Frank Cass, 1965; 2ª ed. com uma nova introdução teórica, Londres, Sage, 1994 (a citação de Pseudo-Xenofonte está nas p.xxv-xxvi).

15. Emil Julius Gumbel, *Verschwörer (Conspiradores)*, Viena, Malik-Verlag, 1914, p.14.

16. *Ibid.*, p.45.

17. Os guerrilheiros tinham uma canção muito conhecida:

*Knallt ab den Walther Rathenau,
die gottverdammt Judensau!*

[Fuzilem Walther Rathenau,
O maldito porco judeu!]

Eles cantaram e fizeram isso. O culto da brutalidade e o alto valor atribuído à violência física, que já tinham começado a desenvolver-se entre os jovens burgueses da Alemanha guilhermina, faziam agora parte integrante da cultura dos Freikorps. Estes representavam, no mais alto grau, os padrões anticivilização e antimoral da tradição neoburguesa que idealizou a violência. Ela encontrou sua expressão suprema no regime nacional-socialista. Também existem sinais de que os jovens terroristas alemães do nosso tempo se enquadram nessa tradição.

18. Gumbel, *Verschwörer*, p.29.

19. *Ibid.*, p.27.

20. Friedrich Wilhelm von Oertzen, *Kamerad reich mir die Hände (Camarada, dá-me as tuas mãos)*, Berlim, 1933, p.156.

21. *Ibid.*, p.158 e seg.

22. Nos comentários dos estratos superiores dessa época, os estratos inferiores apresentavam-se de novo de duas maneiras: como as pessoas que são, em princípio, bondosas, afáveis e obedientes, como os leais e subordinados praças e graduados com quem os oficiais do exército lidam na guerra; e, ao mesmo tempo, as pessoas que, depois da guerra, provam ser rebeldes, antagonistas ou até violentas e perigosas. Essa diferença entre os dois aspectos de "o povo" era então explicada com o argumento de que pessoas fundamentalmente bondosas tinham sido instigadas e incitadas sobretudo por agitadores bolchevistas.

23. Ernst von Salomon, *Die Geächteten (Os proscritos)*, Berlim, Rowohlt, 1931.

24. *Ibid.*, p.69.

25. Um exame mais atento revela três níveis nos sonhos dos guerrilheiros que estavam interligados de um modo complexo. Os guerrilheiros necessitavam de um modo de vida, uma renda, uma carreira; necessitavam de um grupo, o qual oferecia aos jovens de sociedades de grande mobilidade, que eram menos dependentes da coesão familiar, um segundo lar, um abrigo contra a solidão, uma resposta para a necessidade de amor, amizade e confirmação de auto-estima através da afeição ou respeito de outras pessoas; e necessitavam do sentimento de ter uma tarefa que era superior à sua própria existência, uma tarefa que *poderia criar um significado*.

26. O *Wandervögel* era um movimento da juventude na Alemanha antes da 1 Guerra Mundial, e os *Pachants* eram uma de suas seções. [Nota dos tradutores ingleses.]

27. Salomon, *Die Geächteten*, p.109.

28. *Ibid.*, p.110.

29. Muitos alemães e, portanto, a maioria dos guerrilheiros, detestaram o novo Estado e a nova sociedade, simplesmente porque contradiziam seu conceito da grandeza e orgulho da Alemanha ao apresentarem-se como perdedores. A antiga visão de uma Alemanha unida e forte que finalmente se concretizou em 1871, tornou impossível para eles reconhecerem que seu país tinha sucumbido diante de um poderio militar superior e que não fora derrotado por causa de alguma traição interna.

Além disso, a lenda da pretensa "punhalada nas costas" era um modelo muito eficaz de estigmatização que serviu, ao mesmo tempo, como alibi, como um meio de absolver o velho *establishment* alemão e como arma na luta contra a ascensão das marginalizadas massas da classe trabalhadora. Isentou Hindenburgo e o regime do Kaiser de qualquer responsabilidade pela derrota e suas conseqüências para o povo alemão; e jogou firmemente a culpa pela derrota nas costas de grupos de pessoas que eram consideradas de nível social inferior e que tinham agora, como conseqüência não premeditada da guerra, obtido um considerável aumento de poder. Tal como em outros casos, as forças da estigmatização corresponderam à proporção de forças na relação entre o poder institucionalizado, o *establishment*, e os estratos marginalizados (cf. Elias e Scotson, *The Established and the Outsiders*).

É caso para perguntar-se se algumas coisas no desenvolvimento da Alemanha poderiam ter corrido de forma diferente se os homens do alto comando militar, sobretudo Hin-

denburgo em pessoa, tivessem assumido publicamente a responsabilidade pela derrota e pela decisão de assinar o Tratado de Versalhes. Em vez disso, eles dissociaram-se da decisão de assinar o tratado e assim mantiveram em aberto a opção de um novo confronto armado quando chegasse o momento oportuno. Sintomático disso é o episódio quando Ebert telefonou a Hindenburgo e quis saber dele se o governo aceitaria as condições do tratado de paz, ou se o supremo comando militar pensava haver ainda uma probabilidade de resistência militar. Hindenburgo deixou a sala e coube ao seu lugar-tenente, General Groener, informar o presidente que, na opinião do supremo comando militar, a resistência militar não era possível (para os detalhes, cf. Gordon A. Craig, *The Politics of the Prussian Army*, Oxford, Clarendon Press, 1964, p.372 e seg.). Ebert e os outros representantes partidários, cujo dever indeclinável era assinalar o tratado, foram largamente estigmatizados por uma decisão que, em última instância, deveria ter ficado com Hindenburgo.

30. Por exemplo, Oertzen, *Kamerad reich mir die Hände*, p.131.

31. Salomon, *Die Geächteten*, p.144 e seg.

32. Não é coincidência o fato de que, durante a década de 1920, a liderança da luta extraparlamentar terrorista contra a República parlamentar alemã se transferisse dos Freikorps, com sua ainda perceptível tradição do oficialato militar da sociedade guilhermina, para os bandos armados do Partido Nacional-Socialista. Em nações-Estados industrializadas altamente diferenciadas, o potencial de poder da grande massa da população em relação ao governo já é demasiado grande para que um governo esteja apto a cumprir suas funções sem a concordância ideológica — manipulada ou não — de consideráveis parcelas dos governados. A concordância é obtida e mantida mediante uma organização partidária que incorpora vastos setores da população e no topo da qual estão aqueles que serão os governantes, em qualquer momento dado. As Repúblicas parlamentares multipartidárias e as Repúblicas de partido único, ditatorialmente governadas, são formas de organização social no mesmo nível de desenvolvimento da sociedade humana. A necessidade de partidos de massa como organizações de ligação, servindo de ponte entre governantes e governados, não existia em Estados territoriais em séculos passados, e é sintomática do caráter coercivo do processo a que chamei "democratização funcional" (cf. Norbert Elias, *What is Sociology?*, trad. de Stephen Mennell e Grace Morrissey, Nova York, Columbia University Press, p.63).

33. Muito do que é característico da ulterior onda de terrorismo também pode ser mostrado no exemplo da anterior — talvez até com um pouco mais de clareza, porque somos capazes de enxergar a situação social de um período anterior com um grau mais elevado de desprendimento. Ao observar os eventos mais recentes, sua implicação nas intensas lutas partidárias pode facilmente distorcer o reconhecimento das questões cruciais relativas às razões para o surgimento de grupos terroristas e a explicação do seu desenvolvimento. Em especial, o simples fato é mais facilmente elucidado, no tocante ao período de Weimar, de que cumpre tomar em consideração a situação social específica em que tais organizações se desenvolveram a fim de explicar o seu surgimento. Soaria talvez um tanto estranho se alguém se contentasse em explicar os atos de violência dos terroristas alemães dos anos 20 usando o mesmo modelo, como tem sido freqüentemente feito para explicar o terrorismo dos anos 70, de que é resultado, por exemplo, a leitura de certos livros ou as idéias de certos professores.

34. Uma mudança pouco investigada e raramente mencionada em nossa sociedade é refletida no espelho do movimento terrorista: quebrar o monopólio estatal da força foi, até data recente, um privilégio masculino. Uma terrorista é, com algumas raras exceções, algo novo. Não é apenas uma questão de atos de violência cometidos sob a pressão espontânea ou reprimida de uma aversão pessoal — esses existiram sempre tanto entre mulheres quanto em homens. É uma questão de atos de violência relativamente impessoais e friamente pensados, executados por homens e mulheres conjuntamente.

35. Esse posicionamento diferente no espectro político estava ligado a uma diferença adicional entre os dois movimentos terroristas: o financiamento de seus planos era muito

menos difícil para os terroristas da República de Weimar do que para os da República de Bonn. O número de simpatizantes ricos era muito maior no período de Weimar.

36. É um tanto fútil discutir sobre qual dos adversários envolvidos num tal processo deve ser responsabilizado pelo que aconteceu. Ambas as partes se excederam. A questão é como se pode moderar e talvez sustar a escalada. Normalmente, o lado mais poderoso em tal processo é muito mais capaz de fazer isso que o lado mais fraco.

37. Em ambos os casos, a transição para a formação de violentas organizações terroristas conspiratórias, as quais procuraram abalar e, se possível, destruir o regime vigente através de flagrantes violações do monopólio estatal da violência, teve lugar numa situação em que tinham fracassado as tentativas por outros meios para efetuar mudanças numa direção desejada na ordem política existente, a qual era considerada sem significado ou valor.

38. Jochen Steffen, "Nachwort" (Epílogo) em K.R. Kohl, *Fünf Finger sind keine Faust* (Cinco dedos não fazem um punho), Colônia, Kiepen, Heuer & Witsch, 1977, p.452.

39. Hans-Joachim Klein, *Rückkehr in die Menschlichkeit* (Retorno à humanidade), Reinbeck, Rowohlt, 1979.

40. Michael Baumann, *Wie alles anfing* (Como tudo começou), Munique, Trikont, 1980, p.13.

41. *Ibid.*, p.10 e seg.

42. Rudolf Herzog, *Hanseaten* (Mercadores hanseáticos), Stuttgart e Berlim, J. G. Cotta, 1923, p.126 e seg.

43. *Ibid.*, p.99.

44. Bloem, *Volk wider Volk*, p.400 e seg.

45. Ernst Jünger, In *Stahlgeviertern: ein Kriegstagebuch* (Travoeada de aço: um diário de guerra), Berlim, E.S. Mittler & Sohn, 1926 (publicado originalmente em 1922), p.166. (Tradução inglesa, *The Storm of Steel*, trad. de Basil Creighton, Londres, Chatto & Windus, 1929.)

46. *Ibid.*, p.288.

47. *Ibid.*, p.246.

48. *Ibid.*, p.257.

49. *Ibid.*, p.142.

50. Arthur Rosenberg, em *A History of the Weimar Republic* (trad. de I.F.D. Morrow e L. Marie Sieveking, Londres, Methuen, 1936, p.105), argumenta que:

Verdadeiros revolucionários teriam, sobretudo, enfrentado o perigo ameaçador proveniente do exército. A Assembléia Nacional poderia ter declarado, à maneira da Convenção [Revolucionária francesa] que a República estava em perigo. Poderia ter chamado às armas todos os socialistas e republicanos para salvar o país. O armamento geral do povo teria tornado inofensivos os Freikorps, teria abortado logo de início qualquer perigo de golpes individuais, teria garantido a fronteira oriental contra os poloneses e, possivelmente, poderia ter fortalecido a posição da Alemanha, em face da Entente, nas negociações de paz.

Rosenberg está se referindo aos modelos das Revoluções Francesa e Inglesa. Vê as regularidades dos processos revolucionários exclusivamente como seqüências de eventos intra-estatais. Não reconhece, por isso, a situação política externa da jovem República alemã. É extremamente improvável que os Aliados tivessem simplesmente aceito semelhante *levée en masse* da população alemã, de armas em punho. Tal levantamento em massa — mesmo se o exército nacional tivesse tolerado isso, mesmo se as armas estivessem disponíveis — só teria sido possível com *slogans* revolucionários patentes ou dissimulados. O movimento revolucionário russo já estava bulindo seriamente nos nervos dos Aliados ocidentais. Um movimento análogo na Alemanha teria sido o sinal para a invasão.

51. A *Reichswehr* deu seu apoio neste ponto, não por simpatia para com a República parlamentar, mas porque considerou ser prematura essa primeira tentativa de derrubar o governo e a subsequente proclamação de uma ditadura. Sua política era aguardar o momento certo. Por muito que suas esperanças e desejos se assemelhassem aos dos rebeldes, os líderes mais velhos e mais experientes do quadro de oficiais viram claramente que não